

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.

ATA Nº 032

PRESIDENTE – DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Autoridades presente, senhoras e senhores, bom dia!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso declaro aberta esta audiência pública requerida junto a Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Execução Orçamentária – CFAEO com o objetivo de apresentar o relatório de cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal da seguridade social relativo ao primeiro quadrimestre de 2017 pelo Sr. Governador e pelo Sr. Gustavo Pinto Coelho Oliveira, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento ao que preceitua o parágrafo 4º, do art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, 05 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido para compor a Mesa, os seguintes senhores: o nosso vice-Presidente desta Comissão, Deputado Wagner Ramos, liderança de Tangará e região; o nosso Secretário de Fazenda Gustavo de Oliveira; o Secretário de Planejamento, Guilherme Muller; a nossa Chefa do Poder Executivo, Maria Célia de Oliveira; Secretário-Adjunto do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda, Francisco Serafim de Barros; o Sr. Último Almeida de Oliveira e o Secretário-Executivo Vinícius.

Composta a Mesa de Honra, até de uma forma que possamos cumprir com o Regimento Interno, convido a todos, para que de pé possamos cantar o Hino Nacional Brasileiro. (NESTE MOMENTO É INTERPRETADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Registramos a honrosa presença...

s/drm

002////////

0606au03.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -...infelizmente, o Governo nem tem alcançado aquilo que foi proposto na Lei Orçamentária de 2017 havendo um volume significativo//tanto a respeito na receita tributária e, principalmente, no que diz respeito as transferências correntes, ou seja, as transferências constitucionais do Governo Federal. Isso tem impactado de forma bastante significativa, principalmente quando se trata de serviços a nossa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

população, dentre ela a questão da saúde que estão tentando buscar uma nova fonte de recurso que possa financiar a saúde pública do Estado de Mato Grosso.

E a nossa preocupação em que pese o esforço que está fazendo feito pelo Governo do Estado, em cortar a própria carne, mas é um crescimento vegetativo da nossa despesa quando se trata de encargos sociais de folha. Crescimento esse que deve ser superior a 73% das despesas totais do Governo. Isso inserido não só o Poder Executivo, como também os demais Poderes.

Isso nos traz uma preocupação, mas eu não sei onde que o Governo viu uma perspectiva de melhora ou talvez entendia que essa crise não pudesse ser tão prolongada que não só melhorou o número de pessoais, de trabalhadores na Secretaria de Segurança Pública. como agora estamos com um grande concurso, em vista, da Secretaria de Educação do Estado. Isso, sem sombra de dúvidas, ajudará implantar ainda mais o gasto com o pessoal civil aqui no Estado de Mato Grosso.

E por mais que estamos buscando...

Deixe-me registrar a presença do nosso decano, o nosso Deputado Saturnino Masson, Deputado de Tangará da Serra, obrigado pela sua presença.

Isso nos traz uma preocupação, que eu não vejo uma outra saída para superarmos esses desafios e fazer com que o Estado possa voltar a crescer e que o Estado possa ter obras além dos recursos do FETHAB se nós não tivermos uma reforma...

...s/tmr...

0606au04.tmr

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - ... do FETHAB se nós não tivermos uma reforma tributária.

Uma reforma tributária, conforme foi preconizada no início da discussão desde ano, no ano passado, melhor dizendo, onde se pudesse alargar a base onde muito mais gente paga, muito mais gente fosse pagar que pagasse menos. Então, nós estamos sedentos dessa reforma tributária, para que nós possamos fazer justiça com a questão tributária aqui no Estado de Mato Grosso, que nós possamos diminuir a evasão fiscal, diminuir a sonegação, até porque ainda existe, é de conhecimento público ainda que existe no Estado de Mato Grosso, e nós precisamos estancar essa sangria.

Além disso, Sr. Secretário, tanto o Secretário de Planejamento, como o Secretário de Fazenda, eu gostaria que neste momento onde todo mundo se discute, principalmente, o fórum sindical tem discutido de forma bastante maiúscula a questão da renúncia fiscal, a questão dos incentivos fiscais.

Eu quero que Vossa Excelência, inclusive nos transcórrer da sua fala, pudesse nos dizer qual é a metodologia que vocês estão utilizando para chegar a esse montante de renúncia fiscal, onde em 2013, nós saímos de 622 milhões, fomos para 2014, 540 milhões, 13% negativo, a menos; já, em 2015, 932 milhões, 72% a mais. 2016, 1 bilhão e 60 milhões, 13% a mais; 2017, 2 bilhões, 439 milhões, 130% a mais. Já em 2018, proposto na LDO, 3 bilhões, 565 milhões, 46% a mais. Ou seja, de 2013 para 2014, nós teríamos um incremento de 559% a mais em renúncia fiscal. Então, eu gostaria no transcórrer depois de suas explicações, quando chegasse na questão da renúncia, qual foi essa metodologia ou esse critério que está sendo utilizado para que neste momento de crise onde nós pudessemos ter um montante tão elevado de renúncia fiscal aqui no Estado de Mato Grosso.

Gostaria também, até para finalizar a minha participação, nós estamos participando desse grupo de estudo que estamos discutindo a nova fonte de recurso para financiar a saúde no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E, ontem, Deputados Wagner Ramos e Saturnino Masson, foi apresentada uma proposta que nós deveríamos tirar do óleo diesel, nós deveríamos discutir .../dmm

0606au05.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –...tirar do óleo diesel, nós deveríamos discutir qual seria o montante que nós precisávamos para tapar o buraco da saúde, 250 a 300 milhões de reais e disso nós incidiríamos no FETHAB o óleo diesel, ou mais 15 centavos, mais 10 centavos ou mais 21 centavos para que pudéssemos financiar a saúde. E isso tem trazido uma preocupação comigo que eu acho que vai forçar quem quiser manter suas portas abertas à sonegação ou fechar com fechamento de imposto com perda de postos de trabalho e isso, sem sombra de dúvida, impactaria ainda mais, impactaria, no meu entender, no transporte coletivo tanto no urbano quanto no transporte escolar.

Então, eu faço questão de deixar essa minha preocupação para Vossa Excelência, eu acho que nós temos que achar uma saída de fato para que possamos salvar vidas e tapar esse rombo que existe hoje na saúde pública, além da questão da gestão que o Governo tem essa consciência que precisa melhorar a gestão, precisa repactuar alguns contratos, fazer algumas novas pactuações entre município com município, Estado com Estado para que de fato nós possamos fazer a saúde aqui no Estado de Mato Grosso.

Eu quero deixar essa minha preocupação a Vossa Excelência e depois da fala de Vossa Excelência ou da fala do Secretário de Planejamento, com certeza eu estarei fazendo outras interpelações.

Dessa forma, eu concedo a palavra ao Deputado Wagner Ramos (PAUSA – DISPENSA). Com a palavra, o Deputado Saturnino Masson (PAUSA – DISPENSA).

Eu pergunto aos Secretários, com exceção do Secretário de Fazenda e Planejamento, quer fazer uso da palavra?

Eu passo a palavra ao Secretário Gustavo de Oliveira para que ele possa fazer suas explanações, logo em seguida nós partiremos para o debate.

Eu quero dizer à plateia que se inscreva junto ao nosso Cerimonial, as perguntas não podem ser iguais as do Oscarlino, de quinze minutos, tem que ser de três minutos e direcionada justamente ao assunto da nossa Audiência Pública.

Com a palavra, o Secretário Gustavo de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos da Audiência Pública.

Deputado, mais uma vez é um prazer poder estar aqui nesta Casa de Leis, Casa do povo de Mato Grosso, para que nos posamos falar sobre a realidade fiscal do Estado de Mato Grosso.

Dois registros muito importantes: não culpem o mensageiro. O que nós fazemos aqui é registrar eventos acontecidos e explicar qual é a natureza do acontecimento desses eventos.

Nós brincamos muito dentro da SEFAZ...

...S/CAC

0606au06.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... desses eventos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós brincamos muito dentro da SEFAZ: a culpa parece que é do Contador. Está aqui a Sr^a Anésia Cristina Batista, Contadora Geral do Estado, a culpa cai em cima dela, mas ela não executa, ela não empenha, ela não liquida, ela registra tudo que foi feito. O que nós precisamos é conhecer os resultados da performance fiscal do Governo de Mato Grosso. E a partir daí, propor medidas e soluções para os problemas que se apresentam a partir disso.

Segundo ponto muito importante: é possível, Deputado, que alguns dos problemas que já começam a aparecer a algum tempo e se intensificam agora tem um componente estrutural muito forte das contas públicas. Esse componente estrutural envolve desde gastos que dificilmente são retirados depois que são impostos no orçamento e na execução financeira, a própria estrutura de vinculação de receita do Estado, regras que já existem há muito tempo para os Estados de todo país mas que de alguma forma se preocupam mais em padronizar regras do que medir a sua eficiência. Então, todo esse conjunto de problemas estruturais sempre existiram e foi agravado por um problema conjuntural que é uma crise financeira que estamos entrando no terceiro ano de uma grande crise financeira a maior da história do país. E para melhorar, o molho final desse tempero, quando o país começava a reagir registrou um PIB, um crescimento do PIB de 1% positivo, principalmente impulsionado por uma grande matriz da economia local que é o agronegócio, nós tivemos um dissabor de uma surpresa política que não sabemos qual é a extensão da consequência do dano econômico de tudo isso. O crescimento do PIB se deu principalmente na retomada de alguns investimentos, há uma sinalização de retomada de atividade econômica e do início de uma boa performance da agroindústria e do agronegócio. Setores que são altamente impactados por essa crise política que se estabeleceu.

Então, o momento é de cautela, nós já esperávamos falar aqui do final da crise econômica pelos menos se não da crise fiscal, mas precisamos ser mais ainda vigilantes. Eu vou me ater ao roteiro da apresentação nessa primeira etapa, Deputado, depois eu retorno à Mesa. Vou fazer de pé para ficar mais fácil para a audiência. Peço licença a vocês.

Eu vou começar falando um pouco das receitas nesse primeiro quadrimestre. Novamente, como tínhamos feito na última audiência pública, nós trazemos o realizado em 2016...

s/drm

0606au07.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...nós trazemos o realizado em 2016, corrigimos realizado para termos a mesma base do comparação com 2017, e fazemos duas análise aqui. A prevenção que essencialmente está na Lei Orçamentaria e o que se realizou ambos em relação ao ano anterior para que possamos chegar nas colunas de 2016.

Para que nós possamos...o que nós comparamos então, finalmente em 2016/2017. 2017, o previsto na Lei Orçamentaria versos realizados e 2016, em ralação a base realizada de 2017 corrigida.

Começando a Receita Orçamentária Bruta lá em 2016, foi registrada no 1º Quadrimestre em 5.841, realizada agora em 2017 em 6077. Em termos lineares 4%, mas em relação ao previsto na LOA 10% há menos e 1,5% a menos em termos reais. Vou explicar ao longo da apresentação onde é que tudo isso se frustrou.

As deduções que era de 1445 ano passado foram ara 431, a Receita Orçamentaria Liquida 4396, foi para 4645, 12% a baixo da previsão, praticamente no mesmo nível de 2016. Então, pela primeira vez em muitos anos na historia do Estado de Mato Grosso a Receita Orçamentária se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

comportar quase que exatamente igual ao ano anterior e a receita entrar orçamentaria que são as despesas entre os órgãos do Governo seiscentos e oito para quinhentos e três, isso nos faz ter o numero de receita total. Ano passado de 5 bilhões 004 e a realizada 5148, uma queda em termos reais, em termos do previsto de 3,5% e 2.6 em termos reais.

Deixa eu ver como é o próximo aqui. Em termos do repasse dos municípios. Nós do primeiro quadrimestre repassamos seiscentos e sessenta oito milhões de ICMS, 158 milhões de IPVA, 04 é um FUPIS produto que está em via de extinção. O FETHAB que antes passava pelo tesouro...s/lcb...

0606au08.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA-...o FETHAB que antes passava pelo tesouro e agora repassado direto, ano passado foi 67 e agora em 2017 foram 71 milhões aos municípios. E as transferências federais de 11.6 para 13.7.

No total do ano passado com o FETHAB 880. Nesse ano pela regra contábil 840 com mais 71, nós vamos a 911 milhões de reais o que demonstra que houve sim um crescimento do repasse aos municípios.

As receitas tributárias do Estado que ano passado foram de 3.330. Nesse ano se realizaram 3.394, uma queda de 3.8 em relação ao previsto de 3.5 em reais, de novo um fenômeno da repetição de 2017, basicamente colado à receita tributária em relação ao que foi o ano anterior de 2016.

As transferências nós vamos detalhar, mas de 1.413 elas foram para 1306, houve uma frustração nas transferências correntes de quase 14% em relação ao previsto.

Outras contribuições: de 588 para 810, vou mostrar esse impulsionamento concentrado no FETHAB, no aumento do FETHAB, e de mais recentes correntes de 483 para 539.

As receitas orçamentárias de capital é uma fração pequena do total. Mais de 26.6 para 7.2, principalmente porque não tivemos operações de crédito e baixaram bastante as transferências de capital da União para o Estado e outras receitas.

As deduções então demonstram que leva a um total de receita orçamentária basicamente quase 11% abaixo do previsto, mas em termos reais praticamente igual ao que se realizou em 2016. Realizamos 4.645, e 396 do ano passado, aí a correção nos faz chegar a 0.1.

As receitas tributárias aqui detalhadas: Do ICMS nós tivemos 2684 contra 2.636 praticamente do ano anterior, o que é 5% abaixo do previsto e 3.6 em termo de reais abaixo do realizado o ano passado.

Onde estão essas frustrações? Principalmente, no combustível, energia e alguns outros setores da economia que refletem o impacto da crise continuada.

Quando nós falamos, por exemplo, de energia, a hipótese de ter sonegação nisso ela é muita baixa, o que está tendo realmente alguma queda no consumo...

...s/tmr...

0606au09.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... o que está tendo realmente alguma queda no consumo. Nós conversamos a cada duas semanas com a concessionária de energia, uma migração para o mercado livre, que a tributação é menor, queda de consumo e queda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

de tarifa. O que a bandeira voltou para verde, e ainda o reajuste tarifário foi negativo neste ano. Isso é uma tendência, por exemplo, a energia deve se manter.

Consumo de combustíveis deve se manter estável neste ano em relação ao ano passado. Então, da parte do ICMS, o foco do trabalho que nós podemos fazer é realmente combate à sonegação, identificar novas possibilidades tributárias e aumentar as ações fiscais.

Da parte do IPVA, a performance melhorou, 306 neste ano contra 281 do ano passado, quase 3 % em termos reais acima, isso refletiu também no repasse aos municípios, faz jus a uma fração do valor do IPVA, metade disso.

ITCD, de 26% para 35%. Aqui o impacto realmente do aumento da emissão de guias, mas também uma correção que nós fizemos na base de cálculo do ITCD.

Imposto de Renda apresentando uma queda de quase 8% em termos reais. Isso está localizado, principalmente, sobre a folha de pagamento, uma queda de quase 20,7%, mas compensada em pessoa física, jurídica e outros de terceiros.

E as taxas cada vez mais decaindo, principalmente, pela impossibilidade de se cobrar a taxa de serviços estaduais, mais de 76, foram para 67, uma fração pequena, mas ainda assim uma queda importante de 17%, em que pese uma queda menor do que nós prevíamos na Lei Orçamentária de 22%.

Resultado total. Uma queda de 13,5% na receita tributária, o planejamento da receita já para o próximo quadrimestre, que já está em execução, que nós consigamos reaproximar esse número do previsto e algumas ações estão sendo disparadas pelo Secretário de Receita para isso.

Por parte das transferências correntes, UFPE, praticamente se comportou como previsto, 682 milhões, antes 612, do ano passado, um crescimento real de 5,2%, mas as frustrações ocorrem no FUNDEB em relação ao previsto uma queda de quase 19% e em relação ao ano anterior também uma queda de quase 19%. Pela primeira vez também em muito tempo, esse é um repasse que costuma se comportar de maneira linear ao longo dos anos e nós tivemos uma frustração.

O SUS, uma queda de 17%, quase 18% em relação ao previsto, em 8% em termos reais, realizamos 75% em relação ao ano passado .../dmm

0606au10.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA –...realizamos 75% em relação ao ano passado, que foi maior e sem a correção em 78%, corrigido 81%.

Os repasses da Lei Kandir praticamente são lineares ao longo do tempo, isso não tem correção.

O FEX, ano passado, lembrando que nós pagamos duas parcelas do FEX, nós aqui registramos 2015 como referência, de 105, este ano ainda não foi registrado e por isso tem uma frustração importante no total das transferências.

E aí pouca transferência de convênio, 20 milhões, ano passado 12, essa a realidade fiscal da União; o IPI melhorou um pouco em relação ao ano passado, mas ainda assim está abaixo, 7% abaixo do que prevíamos na Lei Orçamentária.

Outras transferências Correntes 77% foram para 85,8%, bem abaixo do que prevíamos, mais 4,7% acima do ano passado. Total 2,5% em relação ao realizando no ano anterior, 14% abaixo do previsto na Lei Orçamentária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

As receitas de contribuições, de 209 milhões praticamente ano passado para 176. Elas estão distribuídas como contribuições econômicas e aqui nós tivemos o FUNDEIC, realizamos 4 milhões no primeiro quadrimestre do ano passado e já com ações de integração fiscal da cobrança do FUNDEIC na conta corrente dos contribuintes conseguimos já uma performance bem melhor, neste ano 15,8 milhões, mas ainda assim abaixo do previsto. São ações que são intensificadas agora pela receita também no segundo quadrimestre.

O FUPIS em queda, como eu já detalhei.

O FETHAB nós dividimos aqui, para efeitos comparativos, o FETHAB que já existia e o adicional que foi aprovado, ano passado, e que ainda não valia no primeiro quadrimestre do ano passado, arrecadou 343 milhões no ano passado, 393 praticamente em 2017 e ainda o adicional mais 220, praticamente.

O conjunto do FETHAB, nós tivemos 10% acima do previsto e com a dobra do FETHAB, 69% acima do que se executou no primeiro quadrimestre do ano passado. Esse índice se mantém durante um ano porque já no segundo semestre do ano passado começamos a registrar o FETHAB adicional e aí esse número aqui deve se aproximar mais, o vazio vai ficar na linha do FETHAB adicional no primeiro semestre.

E outras contribuições econômicas, de 29 para 15,7%. Total das receitas de contribuições, de 588 para 822. Aumento de 9% em relação ao previsto e de 32% em relação ao realizado ano passado, principalmente pelo FETHAB. As demais receitas eu vou me ater ao número principal...

...S/CAC

0606au011.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... pelo FETHAB. As demais receitas eu vou me ater ao número principal. Quatrocentos e oitenta e três milhões de reais das demais receitas correntes no ano passado, versus 546.6 nesse ano, 11% acima do previsto, 7% acima do realizado no ano passado. Os aumentos, principalmente concentrados na linha de outras receitas correntes, uma performance de 21% acima do ano passado. De duzentos e cinco fomos para duzentos e sessenta e dois milhões de reais em que pese uma queda na patrimonial, uma receita agropecuária baixa, a chamada receita industrial que são outras receitas que não o ICMS industrial em 3.2%. Na de serviços, 3% abaixo do previsto, mas 0,8% acima do realizado no ano passado de cento e noventa e três para duzentos e cinco.

E com isso, encerramos a apresentação da receita. Vou passar a parte da despesa, agora.

Principais dados, primeiro - as despesas orçamentárias correntes, elas tiveram que ser restritas pela falta de receita, então liquidamos 12,5% abaixo do previsto. O valor foi de 3.876,8 versus 3.591 do ano passado; é 2,5% acima do ano passado, mas 12,5% abaixo de onde nós gostaríamos de estar na LOA de 4.428.

Obviamente, pessoal é uma despesa que é quase **incompreensível**. De juros de encargos da dívida tivemos uma redução, principalmente pelos efeitos da Lei Complementar nº 156, da possibilidade de adesão do Estado. Ela que já suspende o pagamento de parcelas da dívida com a União. Outras despesas correntes 3% acima do ano passado, mas 44% abaixo do que estava previsto na LOA. E eu gostaria de chamar a atenção para esse indicador porque é na chamada ODC que está a grande parte do sacrifício fiscal que foi feito até agora. Na impossibilidade de comprimir despesa de pessoal, na impossibilidade de se renegociar, alongar ou de não pagar dívida, sobra para as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

despesas correntes e aqui eu estou falando de custeio da máquina, rodando 44% abaixo do previsto da lei orçamentária.

Nas despesas de capital, elas acabam se realizando principalmente por fontes de transferências ou de investimentos como o FETHAB, nós estamos 78,5% abaixo do previsto e praticamente no mesmo nível do ano passado. Duzentos e noventa e quatro milhões de reais no ano passado, trezentos e nove liquidados nesse primeiro...

s/drm

0606au12.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...309 liquidados nesse primeiro semestre. Total da despesa orçamentaria 2% acima do ano passado, mas 30% abaixo do previsto praticamente, 28.7% e a introçamentaria, a transferência internas de orçamento basicamente no mesmo nível do ano passado, o que nós leva uma despesa total de 4844 versus 4515 do ano passado, quase 25% abaixo do previsto, mas se comportando da mesma maneira em 2016.

E aí eu pedi a equipe que fizesse alguns demonstrativos para que nós possamos entender de maneira mais visual e gráfica o momento fiscal pelo qual o Estado de Mato Grosso passa.

O primeiro é a despesa pessoal em cargos sociais comparado com a receita tributaria, se vocês olharem desde 2014, os incrementos que nós tivemos está sem legenda aqui, mas a despesa de pessoal está em vermelho, e a receita tributaria está em azul.

Nós tivemos sucessivos anos de crescimento de despesa de pessoal acima do crescimento da receita tributaria. Então, esse é o primeiro efeito do que eu disse que é um problema estrutural agravado por uma questão conjuntural que impede a receita tributaria de performar como fazíamos anos anteriores.

Próximo por favor!

E olhando isso como trajetória, o que nós temos é variação com despesa de pessoal acumulada desde 2014, ela cresceu 76.2%, contra uma receita tributaria que cresceu 44, praticamente 45%. Esse descolamento é um grande compressor em cima da despesa corrente do Estado, não cabe aqui, não é o nosso objetivo fazer juízo de valor, sobre a despesa de pessoal, ela tem que crescer ou não, qual é a política de expansão de gastos com pessoal, mas esse gráfico nos ajuda entender porque que o custeio da maquina está tão espremido e porque a capacidade de investimento acaba ficando tão reduzido.

Próximo por favor!

E quando nós olhamos a despesa de pessoal encargos liquidados por poder ano a ano, nós notamos que o Executivo pulou de 965 lá em 2015, no primeiro ano desta administração do Governador Pedro Taques, 2.627, o Judiciário de 1,195, para 262, o Ministério Público de 64 e 2 para 92 e 1, Assembleia Legislativa de 18 e 5 para 36.2, Tribunal de Contas 38 e 3 para 53 e 6. Nós devemos observar que apesar dessa expansão dos demais Poderes ainda sim eles estão a baixos dos limites...s/lcb

0606au13.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA -...expansão dos demais Poderes inda sim eles estão abaixo dos limites de expansão de pessoal individual que eles podem atingir. Realmente temos um problema no Executivo com isso em que pese que não tenha sido um maior aumento de percentual, mas no total do Estado nós saímos de 2.281 para 3.072.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E, de novo, registrando, entre 2016 e 2017 já no primeiro quadrimestre num crescimento de quase duzentos milhões tendo de caber na mesma receita. Esse é outro efeito da crise continuada com uma expansão de gastos que não pode ser contida.

Serviço da dívida só para demonstrar. Nós tivemos em 2015, 387 milhões liquidados; 424.8 um crescimento de 10% para 2016. E já por conta de Lei Complementar nº 156, da possibilidade de adesão a ela, a Secretaria do Tesouro Nacional –STN, já dá o benefício de redução para os estados, acabamos liquidando 361, uma queda de 15%. Sem a renegociação, nós esse ano teríamos liquidado quase 450 milhões de reais numa ação de 90 milhões de reais a menos no primeiro quadrimestre de dinheiro que sairia daqui e iria para a União Federal. No total, voltamos a um nível de execução de dívida abaixo do que foi realizado em 2015, o que é um aspecto muito positivo para quem precisa fazer construção fiscal.

Só para que se tenha uma ideia de qual é o impacto da Lei Complementar nº 156, eu pedi para a equipe colocar essa apresentação aqui.

Hoje o Estado está obrigado a pagar as parcelas das dívidas da União, seguindo a regra da Lei Complementar nº 148 que é essa coluna.

A primeira coluna é o que seria pago, e na última coluna nós temos um impacto acumulado pela não adesão a Lei Complementar nº 156.

Então, hoje estamos na regra da 148, se aderirmos a Lei Complementar nº 156, nós passaremos a executar o pagamento de dívidas para a União na razão da coluna “b” e a economia ano a ano feita está lá na 3ª coluna.

O impacto acumulado, se nós olharmos a linha até o final de 2018, final dessa administração, ele é de 514 milhões de reais, e acumulado até 2.027 que seria o último ano de pagamento de dívida da Lei Complementar nº 148. Uma economia para o Estado, de recursos que iria para o Governo Federal, de quase um bilhão e meio de reais.

Em tempo de crise, nós não podemos deixar de...

...s/tmr...

0606au14.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... em tempo de crise, nós não podemos deixar de aderir à Lei Complementar nº 156, que isso significa mandar até ao final de 2018 mais 513 milhões de reais para União.

A Lei Complementar nº 156 é com efeito o único auxílio que a União deu alívio de caixa aos estados até o momento e os estados têm que implementar isso ainda nesse ano fiscal. Esse é o objetivo de uma outra discussão, Deputado, que nós precisaríamos encaminhar a esta Casa de Leis a PEC de contenção de gastos, e vamos estar à disposição para discutir isso, quando a lei for encaminhada.

Uma outra demonstração gráfica que eu pedi para a equipe fazer é a despesa orçamentária com o pessoal e outras despesas correntes. O pessoal, em azul, o ODC, em vermelho, para que nós possamos comparar desde 2014 como se comportou cada uma dessas despesas.

Eu não vou detalhar demais para eu não me alongar, mas basicamente as despesas correntes crescem a uma razão muito baixa, e as despesas de pessoal se expandiram a uma velocidade muito maior em quase 30% saindo do nível de dois bilhões para quase três no primeiro quadrimestre.

E obviamente para caber dentro da mesma receita isso comprime a capacidade do estado de pagar despesas e de investir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E na evolução nós tivemos um crescimento de 58,2% no acumulado de pessoal e encargos do Estado, contra um crescimento acumulado de apenas 20% das outras despesas correntes.

Se nós olharmos em comparação o quadro à direita menor foi o que foi realizado no primeiro quadrimestre de 2016; em 2017, aqui à esquerda o quadro maior, nós vamos notar que do total da receita do Estado, nós liquidamos, no ano passado, 72% com pessoal e encargos e neste ano já 73%.

A ODC continuou com 16%, mas com uma receita menor. Isso significa redução do custeio, 11% de dívida no ano passado versus 9% neste ano, isso é importante, porque abre espaço fiscal para que possamos deixar mais dinheiro aqui no Estado, gastar mais com políticas públicas em prioridade de Governo ao invés de mandar o dinheiro para a União, são aqueles 513 milhões até o final de 2018.

O que estava demonstrado lá agora em tabela, nós tivemos desde 2015 as evoluções, pessoal crescendo com uma razão com encargos de todo o Estado crescendo a uma razão a 1% ao ano. As outras despesas correntes praticamente estagnadas em nível de 16%.

Investimento, em 2015, um ano realmente muito baixo.../dmm

0606au15.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA –... um ano realmente muito baixo do ponto de vista de investimento, mas estamos conseguindo, às duras penas, aumentar ainda que em uma proporção muito menor do que por exemplo cresce a despesa de pessoal. Para que se tenha uma ideia, só o que cresceu de ODC de 2015 para cá, para 2017, já é muito mais, quase uma vez e meia o que conseguimos crescer de capacidade de investimento.

Amortização da dívida – depois de uma elevação para 2016 nós voltamos para um nível 10% acima do que foi 2015 e com juros e encargos da dívida, esses dois componentes impactados pela adesão à Lei Complementar 156, uma redução. Essa é só uma tabela para esclarecer um pouco mais o que está disposto na anterior.

Demonstrativo de repasse aos Poderes – do total devido em 2016, de 2.580 nós efetivamente, o Tesouro Estadual teve capacidade de repassar 02 bilhões e 90 milhões.

O total repassado em 2017 em referência a 2016, 135 milhões, e o que temos ainda a repassar, 355 milhões. Essa é a dívida do Poder Executivo com os Poderes, objeto daquela discussão com o TAC, aqui tem os valores que estão constantes no TAC e também do Extra TAC. 189 milhões para o Tribunal; 50 milhões e meio para a Assembleia Legislativa; 46 milhões para o Tribunal de Contas e 68 milhões para o Ministério Público.

Aqui nós temos duodécimo do ano passado, diferenças de RCL de 2014, 2015 e 2016 e alguns outros resíduos.

Esse é só 2017, o total de repasse aos Poderes, de 2.346 do total do ano, já repassamos 780, temos ainda a repassar mais 2.566. Somados aos 355, nós temos praticamente 01 bilhão e 900 milhões de reais a repassar aos Poderes ainda este ano se o TAC não for renegociado para pagamento posterior.

Pode ir!

E aí finalmente para os indicadores de avaliação fiscal. A receita total 5.148, a despesa liquidada 4.844, o que mostra inicialmente um *superávit* de 304. Isso não quer dizer que o Estado está no azul. Esse *superávit* é meramente a diferença entre a receita total e o que o Estado, o Tesouro teve condição de liquidar, 4.844.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

No resultado primário, que é principalmente para pagar a dívida e gerar capacidade de investimento, tivemos uma receita primária de 5.079...

...S/CAC

0606au016.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... e gerar a capacidade de investimento, tivemos uma receita primária de 5,079; uma despesa de 4.473; resultado primário de 595,7 quando a meta do exercício temos um resultado primário a essa altura de 850 para fechar o ano. Então... saiu aqui 2017, eu acho que está errado... não é? Está bom... é o *control c, control v...* Isso porque revisamos umas dez vezes essa apresentação! Sempre escapa alguma coisa... (SECRETÁRIO GUSTAVO DIRIGI-SE AO COLEGA DA PLATEIA QUE O AUXILIAVA NA APRESENTAÇÃO DOS SLIDES.)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - Pagamos, de restos a pagar...

Você não errando nos números está bom, pode errar o quanto você quiser que na legenda que corrigimos...

Dos restos a pagar, já pagamos seiscentos e setenta milhões de reais de janeiro a abril do estoque que virou o ano do Estado. A dívida consolidada, hoje, é de seis bilhões, seiscentos e oitenta e mil milhões de reais ao final do primeiro quadrimestre. A dívida líquida, já considerada as deduções legais com disponibilidade de caixa e demais haveres e restos a pagar processados sem os precatórios de quatrocentos e cinquenta e cinco o que nos leva a um nível do patamar do total do estoque da dívida muito confortável em relação a receita corrente líquida de doze bilhões, setecentos e trinta e um, 35,6%. O nosso problema não é o tamanho do endividamento, mas a falta de capacidade financeira para honrar as parcelas da dívida que estão comprimidas com despesa de pessoal e outras despesas correntes.

Em relação as obrigações, saúde tem o mínimo constitucional projetado por ano de 12%, nós tínhamos aplicado 10,8% até o final do primeiro quadrimestre por dois motivos principais: primeiro, é comum, a indústria farmacêutica fecha em novembro e reabre em janeiro, ela não consegue fornecer para ser empenhado e liquidado no começo do ano, então, no final do ano os hospitais, as unidades de saúde elas tem que aceleram essas compras e no começo do ano isso começa em ritmo menor 10,8%, é um índice aceitável, mas fatalmente fecharemos o ano mais ou menos como no ano passado com um total projetado de quase 14% para a saúde. Da educação, 29,7%, isso é muito acelerado no começo do ano por despesas como reformas, início do ano letivo e tudo isso, mas a ideia é que possamos projetar o ano para fechar um pouco acima dos 26% que são o piso da constituição do Estado e nos outros Estados são 25%.

E eu pedi para a equipe fazer uma tabela do histórico do percentual e dos valores aplicados num conjunto de prioridades sociais do governo: saúde, educação e segurança. O Conjunto tinha 3.887,1 em 2013; 4.300 e 5.200 no primeiro ano desse governo; um pulo de quase novecentos milhões de reais...

s/drm

0606au17.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... um pulo aqui de quase 900 milhões, 6 .500 e nesse primeiro quadrimestre já liquidamos quase 2 bilhões de reais. Os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

destaques principalmente segurança, teve um incremento significativo, praticamente dobrou o valor investido em segurança de 2016, em relação a 2013, em termos percentuais educação de 25.4 partiu para execução de 29.2% no ano passado e saúde 13.7 ano passado acima dos 12% e bem acima do 12.6, com efeito de 2013 a saúde sai de 910 empenhado para quase 1416 agora em 2016, em crescimento de mais de 500 milhões de reais e já neste ano executando 13.7% fora as liquidações de saúde, lembrando que as liquidações envolve em resto a pagar pagos nesses 1º trimestre.

Por favor!

Em termos percentuais históricos, o 3º trimestre de 2016, fechamos com 12.57, 12.45, 13.12, 13.74, e como é habitual, no 1º trimestre de 2016, 10, isso já deve ser recuperar fortemente no 2º trimestre.

Na educação de 25,5, com patamar de 29% e quase 30 nesse 1º semestre, mas a tendência com ajuste fiscal nós votamos para o patamar em torno de 26 a 27%.

E somada aqui as aplicações de maneira visual para que nós possamos ver, nas três esferas, saúde segurança e educação, de 2014, para 2015 e depois para 2016, nós visualmente conseguimos ver a priorização que essas áreas tiveram desse governo.

Recebendo os volumes de recursos comuns que não recebiam antes, e isso obviamente pressiona as demais áreas de governo, aqui são pequeno demonstrativo liquidado agora no 1º trimestre, mas o relevante é que nós vemos a trajetória, como é bem tido na administração pública a prioridade não é para onde vai o discurso, mas é para onde vai o recurso e o recursos está indo prioritariamente para as áreas sociais.

Em termos percentuais está aí o comportamento, saindo de 25,4 educação para 29,2, segurança em torno de 16% para 21%, isso é um forte componente para combater o aumento da criminalidade que acontece por causa da crise econômica, crimes contra o patrimônio, crimes contra a vida, em termos de saúde saindo do nível de execução em tornos de 12,5% para quase 14% neste 1º trimestre. A tendência é que esse índice feche o ano...s/lcb...

0606º018.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA -...neste primeiro trimestre. A tendência é que esse índice feche o ano em torno ou acima de 14% por determinação do Governador.

Por último, despesas com o pessoal dos Poderes nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF, conforme eu falei com vocês:

O Poder Executivo nós estamos em 4583 pelos critérios do Tribunal de Contas, Resolução nº 20 editada no ano passado, 49 seria o limite;

O Poder Judiciário 5.35, limite 6;

A Assembleia Legislativa 1.47, limite 1.77;

O Tribunal de Contas 1.07, limite 1.23;

O Ministério Público 1.60 para 2.

Porque o 45.83 do Poder Executivo, como todo mundo aqui sabe, foi atingido depois da Resolução que partir da consulta 28 e 29 do Tribunal de Contas.

Qual é a diferença? É isso que eu quero chamar a atenção de vocês aqui. Muito embora a nossa trajetória fosse em torno de 50% já acima dos 49, que seria o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF, com a Resolução do Tribunal de Contas que não tem impacto financeiro, porque na verdade se retira o imposto de renda da base de cálculo do indicador, o índice

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ficou em 45.33% no último quadrimestre do ano passado, no acumular do ano, mas com tendência de alta 45.83 no primeiro quadrimestre desse ano.

Se a resolução não tivesse sido editada, nós teríamos fechado o ano passado com quase 54% e estaríamos executando esse ano com 50.03%.

Chamo atenção disso por um motivo muito simples. A Secretaria de Tesouro Nacional –STN, já sinalizou que não nos avaliará de acordo com a Resolução do Tribunal de Contas. Ela continuará nos avaliando com o imposto de renda incluso dentro da despesa pessoal, isso está no manual da Secretaria de Tesouro Nacional –STN, então embora as contas de governo sejam julgadas pelo Tribunal de Contas e com a Resolução elas estão dentro do limite possível. Para a Secretaria do Tesouro Nacional –STN, nós temos que disparar as medidas prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF, ou estaremos em não conformidade com o Tesouro Nacional.

O que isso significa? Basicamente não ter acesso aval à operação de crédito e dificuldades no trato com Tesouro Nacional.

Ainda há um segundo componente que a equipe econômica está avaliando, que realmente é muito preocupante para o Estado de Mato Grosso.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN está revendo a metodologia de cálculo dos riscos dos Estados chamada *Rating* dos Estados. Eles divulgaram uma prévia dessa nova metodologia para que os estados pudessem...

...s/tmr...

0606au19.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... chamado *Rating* dos Estados. Eles divulgaram uma prévia dessa nova metodologia para que os Estados pudessem calcular onde eles se enquadrariam. E nós vamos trazer isso a público tão logo a metodologia seja homologada no STN. Basicamente, o Estado tem um nivelamento baixo, ele está abaixo do limite da dívida, mas ele começa a dar sinais de que não tem capacidade de honrar os compromissos já assumidos, o que dirá novos compromissos.

Isso quer dizer que o Estado deve ficar sem acessar operações de crédito pelos próximos anos até que se imponha um ajuste fiscal que traga de volta as contas para dentro dos parâmetros do STN.

Trocando em miúdos para que todo mundo possa entender.

O gráfico verde é como as contas de Governo são avaliadas pelo Tribunal de Contas, mas o gráfico azul é como a Secretaria do Tesouro Nacional, como o Ministério da Fazenda enxerga o Estado de Mato Grosso. Isso é muito preocupante, por quê? Empréstimo só com o aval do Tesouro Nacional. É o Tesouro Nacional que desce para avaliar como estamos cumprindo as metas fiscais. E a cada programa no cumprimento de metas fiscais, o Tesouro Nacional fecha para novas operações, como, por exemplo, a que estamos acessando para novas estradas, pontes de concreto, como queremos acessar o BNDES para reforma de escolas, como linhas para incentivo a inovação, tecnologia, BNDES liberando recursos para área de cultura e economia criativa. Tudo isso é muito preocupante para a equipe econômica. Esses são os indicadores, Deputado.

Eu encerro a apresentação e quero responder aqueles questionamentos iniciais.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário!

Mas deixa eu fazer um aqui rapidinho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Se essa decisão do Tribunal de Contas do Estado não serve para efeito para contribuir empréstimo, mas o fórum sindical está satisfeito, pelo menos, pagar a RGA, serve?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Para pagar a RGA tem espaço de percentual. O que nos preocupa realmente é o impacto financeiro.

Provavelmente, hoje, não tenho mandato do Governador para falar especificamente sobre a questão do RGA, mas o que se apresenta, Deputado, é muito simples.

Para fazer despesa nova, sem receita nova, tem que cortar de algum lugar. E quando as receitas não se comportam conforme o esperado, mesmo que nós não dispáramos nada de novo, isso significa sacrificar alguma coisa que está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Eu quero registrar a presença do Deputado Dilmar Dal Bosco, Líder do Governo. Da mesma forma, o Deputado Valdir Barranco que se ausentou, mas disse que vai voltar. Quero registrar também a presença do Dr. Gregory, nosso Procurador Legislativo; do Cesarino Martins, Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação e Arrecadação do Estado, e James Rachid .../dmm

0606au20.dmm

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –...James Rachid Jaudy, Presidente da Associação dos Servidores Efetivos da AGER.

Está com a palavra.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Primeiramente foi o seu questionamento sobre a expansão de gastos com pessoal em segurança pública e educação. Isso é claro, a segurança pública, o Estado de Mato Grosso tinha um quantitativo muito abaixo do recomendado mundialmente, muito abaixo do que existia em outros estados, e foi uma decisão de Governo investir em segurança pública. Com o agravamento da crise e com o aumento do patrimônio, contra a vida, o que é comum em tempo de crise, com o desemprego, eu diria até que em outros casos, por desespero, eu diria até em alguns casos por desespero, isso é uma realidade hoje nas delegacias de polícia do Estado o senhor encontra lá indivíduos que foram pegos praticando crimes e que não são marginais contumazes, são pais de famílias desesperados, são cidadãos que estão sem alternativa econômica. A mesma coisa com vícios, com drogas. Eu acho que isso é um dos reflexos nefastos da crise econômica. Investir em segurança pública não é gasto, Deputado, é investimento ainda mais em um País como o nosso e em um Estado como o nosso, com uma faixa de fronteira gigantesca, com tantos problemas para resolver.

A questão do concurso da educação – obviamente é uma reposição de quadros que hoje são servidores temporários, passando a ser servidores efetivos por concurso. Essa política precisa avançar, mas dentro dos limites de gasto da educação que hoje vão estar um pouco acima dos 26% do mínimo constitucional aqui para o Estado de Mato Grosso.

Então, o que eu quero dizer é que desde que o gasto com a educação caiba dentro do percentual de aplicação na educação, isso não afeta a política macroeconômica, mas obviamente vai levar sacrifícios dentro da Secretaria de educação que vai ter que gastar um pouco mais com pessoal e um pouco menos com custeio. Para parâmetro aí, um servidor temporário na educação custa em torno de 1.100 reais por mês e um servidor efetivo custa em torno de 1.400 reais por mês. A diferença é essa de 30%, fora o que acontece lá na Previdência, depois, quando esse efetivo se aposenta com o salário muito próximo ao que ele tinha no final da vida funcional dele.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Reforma Tributária – o texto base está pronto, nós estamos fazendo cálculos econômicos e pretendemos, ao final do primeiro semestre ou no final do segundo, encaminhar à Assembleia Legislativa para deliberação.

Lembrando que essa Reforma Tributária já está calibrada para começar a entrar em vigor em 2018, ela não produziria, de qualquer jeito, efeitos econômicos imediatos, mas ela poderia ser um grande instrumento de simplificação do ambiente de negócio se nós tivéssemos, neste momento, num momento consistente de retomada da economia do País, eu teria toda pressa do mundo...

...S/CAC

0606au021.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... da economia do país, eu teria toda pressa do mundo em encaminhar essa reforma para que pudéssemos ainda mais competir na atração de investimento. Infelizmente não é o cenário que se desenha, mas em qualquer instancia ela será encaminhada a esta Casa de Leis para discussão com a sociedade.

Sonegação, é uma preocupação constante. Está aqui o Secretário de Receita, o Sr. Último, demos foco claro e diria aos senhores que temos linhas de trabalhos claras. Obviamente não quero espantar a caça, como dizem no popular, mas um trabalho gigantesco feito a quatro mãos com a delegacia fazendária, serviço de inteligência, toda área de inteligência da Secretaria de Fazenda está focada em não só identificar fraudes e sonegação, mas aonde elas são maiores para ter mais efetividade. E tenho tido apoio muito grande, onde quero registrar dos Sindicatos do Grupo TAF que tem nos apoiado em apontar caminhos, em apontar direções, mas principalmente em propor medidas que nós apresentaremos a esta Casa de Leis medidas que realmente estimularão, cada vez mais a busca desse espaço de sonegação e renúncia fiscal que existe no Estado.

Falando de renúncia fiscal, nós podemos nos alongar um pouco mais sobre isso, mas o que eu determinei que a equipe da Secretaria de Fazenda fizesse dentro da Secretaria-Adjunta de Receita Pública é que possamos cada vez mais acertar na previsão o que realmente acontece de renúncia fiscal. Do valor total eu chamo a atenção para dois números do valor projetado para 2017, para esse ano fiscal são quase seiscentos milhões de reais do que está ali, Deputado, foram incentivos concedidos no ano fiscal de 2014. Esse foi o momento da história de Mato Grosso onde nunca se concedeu tanto incentivo quanto naquele ano fiscal que nós desde o começo do governo temos combatido e cortado muito desses incentivos. Eu não tenho nada contra incentivo fiscal, acho que o incentivo fiscal bem dado é uma grande ferramenta de desenvolvimento. Prova disso é que os Estados estão pela primeira vez juntos no encaminhamento do PLP nº 54, na Câmara Federal já num consenso razoável entre os Estados para dar segurança jurídica aos incentivos fiscais que foram concedidos à revelia do CONFAZ, mas realmente nós temos que definir o que queremos incentivar. Porque se nós continuarmos incentivando segmentos que não precisam de incentivo ou que jamais serão competitivos, isso é o efeito renúncia fiscal. Mas toda planilha está aqui à disposição para podermos discutir. Eu diria ao senhor que o aumento do calculo ele é muito mais por precisão de cálculo do que por efetivo aumento de renúncia. Eu estou pronto para debater se ações desse Governo aumentaram ou não a arrecadação e geraram frustração de receita ou não. Eu quero discutir isso em relação...

s/drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0606au22.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...e geraram frustração de receita ou não. Eu quero discutir isso em relação a trajetória total que houve.

Quanto a sua preocupação sob a proposta que foi encaminhada ontem pela AMM, pelos prefeitos de aumento de percentual de cobrança do FETHAB em cima do óleo diesel ou da não concessão de crédito outorgado em cima do que foi recolhido ao FETHAB, a equipe econômica está fazendo calculo hoje para apresentar ao governador esse cenário.

Apenas registrando, no transporte coletivos impacto disso é minimizado porque o Estado... falar a renuncia fiscal do ICMS para o transporte coletivo, isso é mais de vinte milhões de reais por ano, é um incentivo importante para p transporte coletivo, mas obviamente tem o impacto econômico no preço do óleo diesel ofertado a toda sociedade.

E terminando, mais um registro que eu creio que é importante. Nós encaminharemos a esta Casa de Leis um programa de ajuste fiscal para o Estado de Mato Grosso, ele basicamente contempla adesão a Lei Complementar 156, a implantação de um teto de gastos minimamente valerá por 2018, 2019, a base desse teto de gasto é valor empenhado em 2016, corrigido pela inflação.

Nós estaremos aqui em outra oportunidade, eu e o Secretário Guilherme Miller, explicando qual é a proposta, efeitos calibrados dela para os próximos anos e como é que ela ajuda tirar o Estado da crise, e ela só tira o Estado da crise a médio longo prazo, a curto prazo é arrocho fiscal o caminho, não tem jeito, é isso que nós temos que fazer para tentar devolver finanças do Estado a uma relativa normalidade .

Creio que é isso, Deputado, estou a disposição para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) –Obrigado, Secretário.

Secretário, primeiro lhe parabenizar pela explanação, segundo que eu gostaria de dizer Deputado Dilmar Dal Bosco, que o ponto positivo ali, foi realmente com relação o serviço da dívida que caiu de forma significativa 14% em relação o mesmo quadrimestre, isso levando em consideração a 165, se tirar a 156, nós já vamos incrementamos 23% em cima e forma positiva.

O outro quadro que me chamou atenção, a despesa orçamentaria com pessoal em relação a despesa corrente, isso aqui não só demonstrar a falta de capacidade de investimento, mas acima de tudo a precarização dos serviços a ser prestado pelo Estado é cada vez pior em função desse quadro totalmente negativo.

Outra questão, que me chamou...s/lcb...

0606^a023.lcb

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA)-...totalmente negativo.

Uma outra questão, que chamou bastante atenção, foi o resumo dos principais indicadores que é gasto com a educação e com saúde em que pese que no exercício anterior nós gastamos quase 14% com a saúde e este ano em função não só da vontade política, mas principalmente do rombo na saúde, que devemos chegar a 14%, mas o que me chamou a atenção foi no primeiro quadrimestre em que pese a crise da saúde nós gastamos muito pouco, gastamos só 10.8. Já a saúde, acho que o senhor terá que ir para a saúde, porque o Secretário Marco Aurélio Marrafon foi para a educação, elevou para quase 30% o gasto na educação. Quem sabe o senhor indo para a saúde, nós chegaremos nos 15% o gasto com a saúde e melhoramos a performance.

E uma outra questão que me chama bastante atenção aqui, Secretário...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA – Desculpa, eu passo... pode mandar o Marrafon para lá, a educação está resolvida, manda ele para lá (RISOS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) -... é a questão do repasse aos Poderes. Aqui neste quadro, hoje tem um déficit de 354 milhões para que os Poderes... Eu pergunto: como fazer para pagar isso dentro desse próprio exercício sendo que esse montante praticamente é o que precisávamos hoje para zerar a questão da saúde pública no Estado de Mato Grosso? E de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária –LDO, já está proposto, se não me falhe a memória, no art. 22, proposto já o congelamento do duodécimo dos Poderes para o exercício de 2018. Com esse crescimento que nós vimos ali exagerado, não só despesa corrente como também gasto pessoal dos Poderes, suportaria esse congelamento?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA – Bom, primeiro, respondendo quanto ao estoque do que se tem dos 355 milhões dos Poderes. O que foi isso? Insuficiência do tesouro em ter capacidade para repassar aos Poderes em 2016. Isso gerou um passivo para 2017 e a nossa expectativa no encerramento de 2016 é que o crescimento da receita tributária pudesse gerar espaço financeiro para que esse repasse começasse a ser feito aos Poderes além do crescimento do repasse efetivamente a ser passado como duodécimo aos Poderes.

Ano passado o tesouro só teve a capacidade de passar um pouco mais de 2 bilhões e cem milhões de reais, isso gerou esse passivo com os outros Poderes.

Deputado, eu vejo um cenário muito difícil para 2017. Se a receita vai se repetir, como garanti-la? A preocupação inicial do Tesouro é garantir os 2.350 que estão inscritos na Lei Orçamentária. E esse é claramente um diálogo que nós temos...

...s/tmr...

0606au24.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... escritos na Lei Orçamentária. E esse é claramente um diálogo que nós temos com os Poderes, que essa é a prioridade que isso envolve a capacidade de planejamento e a execução dos Poderes. Obviamente cada um dos Poderes tem necessidades diferentes, tem uma presença física diferente dos Estados, isso não pode ser tratado com irresponsabilidade, mas o ideal é que nós pudéssemos de alguma forma registrar esses valores e repassá-los depois que a crise passar, quando o estado retomar a sua capacidade financeira.

Trocando em miúdos.

Para repassar esses 355, vamos ter que cortar de algum lugar que já existe, porque não tem dinheiro novo, não tem receita nova. Então, essa é uma preocupação central. Temos conseguido priorizando, Vossa Excelência fez alusão aos débitos com a saúde. Como que o Estado devia 160 milhões de reais na área de saúde?

A resposta é muito simples. Na crise, na falta de recursos, você estabelece prioridades. As prioridades foram repasse aos Poderes, pagando de dívida, pagamento da folha até o dia 10. Essas são as prioridades de programação do Tesouro e todo sacrifício foi feito em cima do custeio, ele aconteceu também na Secretaria de Saúde.

O que eu não quero absolutamente dizer que o fato de ter mandado esses recursos para a saúde implica em não passar dinheiro para os Poderes, não pagara a dívida, não pagar a folha. Não é isso. Mas nós estamos tendo que fazer escolhas estratégicas, isso é um fato. Então, essa priorização acontece todo o dia.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Isso quer dizer que vai haver uma repactuação e que deve estar na Lei do Teto de Gastos, virá junto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Nós temos uma proposta para apresentar que isso seja acomodado em eventuais receitas extraordinárias que aconteçam ou em eventuais resultados gerados a partir do ajustamento que o ajuste fiscal vai propor no Estado.

Então, a ideia é não usar o pouco recurso que nós já temos para quitar o passado e registrar isso em balanço e pagar isso ou com receita nova ou com resultado fiscal positivo, quando ele acontecer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Eu quero registrar a presença Deputado Professor Allan Kardec

Eu quero passar a palavra ao Deputado Dilmar Dal Bosco, e, depois, ao Deputado Nininho e o Deputado Professor Allan Kardec.

Já quero iniciar o debate. Vou intercalar.

Eu vou ouvir agora o Deputado Dilmar Dal Bosco, e, logo em seguida, eu vou ouvir um da plateia, ouve um Deputado, para podermos otimizar a nossa Audiência Pública.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Obrigado, Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga.

Eu quero cumprimentar os Deputados Professor Allan Kardec, Nininho e Wagner Ramos que estava agora há pouco aqui, que teve que fazer um atendimento; agradecer a presença do Secretário do Estado, Gustavo Oliveira, Guilherme Müller, que faz um trabalho belíssimo.

Estivemos conversando .../dmm

0606au25.dmm

O SR. DILMAR DAL BOSCO –...que faz um trabalho belíssimo.

Nós conversamos, ontem, preocupados bastante com a receita do Estado, nós vemos aí uma frustração de receita que preocupa a todos, preocupa a Assembleia Legislativa, nos preocupa, até porque nós temos aí, com toda certeza, o gasto da gestão que não diminui, o gasto de gestão tem aumentado e nós temos a arrecadação diminuída. A preocupação com alguns setores do Estado que tem caído a arrecadação prevista na LOA, aprovada pelo Parlamento, é lógico que é uma previsão de receita que poderia vir no exercício de 2017, nós estamos chegando a uma ordem de quase 11%, 12% do diferencial de arrecadação. Isso preocupa, até porque analisando, nós já conversamos, a frustração de receita do repasse do Governo Federal entre o Governo Federal e receitas, não acelerada, talvez pela crise nacional e a crise no Estado de Mato Grosso, nós estamos chegando na ordem de quase 600 milhões de reais, assim eu vi 500 milhões quando apresentado, quando estávamos discutindo, para buscar alternativa de dinheiro novo.

Nós estamos passando por um momento de dificuldade de receita e também preocupados com a saúde pública, nós temos que buscar o caminho, achar alternativa de trazer incremento de dinheiro para recuperarmos a saúde do Estado de Mato Grosso.

Eu vou fazer um pedido ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, até para esclarecer, porque é um assunto bastante delicado e demorado, e também lá atrás, desde 2011, 2012, 2013 eu vinha usando a tribuna da Assembleia Legislativa falando que nós tínhamos a grande dificuldade, no Governo passado, de ter a não isonomia sob o produto, o produto era diferenciado, de acordo com os amigos do rei, que tinha talvez a renúncia fiscal do Estado, o mesmo produto era classificado para o amigo e para quem não era o amigo e nós tínhamos a renúncia fiscal para quem tinha facilidade em ter amizade com o ex-Governador, com os ex-Secretários que lamentavelmente fizeram esse grande problema com a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

renúncia fiscal. Basta ver o aumento que teve de 2014 ao exercício de 2015, nós tivemos mais de 70% de acréscimo na renúncia fiscal do Estado de Mato Grosso. Depois nós tivemos um outro acréscimo nesse exercício que nós apuramos para 2017, lógico, foi uma lei que nós tivemos que aprovar no final do ano, até porque tinha o FUNEDS que estava aí e que devido ação judicial proposta pelo Ministério Público, foi extinta, e nós tivemos que fazer um novo REFIZ, e aí, lógico, você tem que alterar a LOA, tem que alterar o orçamento, tem que alterar a previsão de uma renúncia, porque no fundo nós estaríamos renunciando...

...S/CAC

0606au026.cac

O SR. DILMAR DAL BOSCO - ... previsão de uma renúncia porque no fundo estaríamos renunciando esses recursos para um novo REFIS que deu novamente esse aumento.

Mas eu gostaria de pedir ao Presidente desta Comissão e aos Secretários que viessem num momento oportuno para discutirmos só a questão do REFIS, da renúncia e dos incentivos fiscais. Eu sou favorável ao incentivo fiscal desde que você atraia novos empreendimentos, novos empreendedores que venham principalmente contribuir um pouco com a carga tributária, mas importante de tudo é tentar fazer o papel importantíssimo da geração de emprego dentro do Estado de Mato Grosso.

Uma preocupação também nessa mesma linha que nós temos é a questão que vem da reforma tributária. A reforma tributária no seu esboço da reforma ela é realmente a simplificação dela, que ela possa realmente trazer essa isonomia que eu falo do mesmo copo. A carga tributária igual ao empreendedor da empresa, por exemplo, da empresa do Deputado Zé Domingos Fraga e do Deputado Dilmar Dal Bosco, ela tem que ter a mesma isonomia e que traga também a mesma condição jurídica de não ter problema de ter talvez a alteração ou você ser impedido de continuar o seu incentivo que o Estado contratou com você.

Eu vejo, Secretário de Estado, estivemos reunidos ontem e eu tenho uma grande preocupação principalmente da frustração, o aumento que tivemos na LOA de 2017, não consegui ler a LDO ainda, até porque estamos trabalhando quase que o tempo integral dentro do Parlamento, em várias reuniões às 06h, 5h30 e vai o dia até sem perceber... Ontem, eu fui participar de uma reunião às 10h e fui sair do Palácio Paiaguás às 21h. Estamos bastante preocupados. O que me preocupa muito é quanto ao gasto de gestão com o todo e com a receita que está frustrante. Então é bastante preocupante. Se nós continuarmos no ritmo que está aí, nós vamos fechar muito abaixo do que prevemos para o exercício de 2017.

Eu gostaria de fazer esses dois pedidos, não tenho pergunta até porque ontem nós conversamos bastante e eu vejo a preocupação nesse momento de agregar. Eu quero dar os parabéns à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ que tem desempenhado, sim; que tem trabalhado muito para nós acharmos esses furos que temos essa preocupação. Ontem foi debatido muito, não quero prolongar o assunto porque o senhor acompanhou o debate ontem de alguns fatores de alguns setores que precisam ser analisados. Nós temos hoje o problema de alguns segmentos que perde a competitividade dentro do Estado, mas também temos que saber se a competitividade é só nos produtos que vendemos dentro do Estado ou que está vindo de outro Estado de forma irregular nós também temos que ter barreiras. A Secretaria de Fazenda já fez com o empreendedor de outro Estado, do Estado vizinho de Rondônia um belíssimo trabalho que deu com isso o fortalecimento de quem estava no Estado no setor de atacado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Lá trás, em 2012, quando nós aprovamos uma lei na Assembleia, foi muito discutido...

s/drm

0606au27.drm

O SR. DILMAR DAL BOSCO -...Lá trás, em 2012, quando aprovamos uma lei na Assembleia Legislativa foi muito discutido, meu parecer contrario, emendas contrario mesmo assim foi aprovado, um grande tiro no pé e mesmo assim nós subimos para o fundo de erradicação da pobreza, nós subimos a carga tributária do setor de bebidas quente caindo de uma carga média, praticamente de 25% para 37%, quer dizer, aumentou 10 e mais 2% do fundo erradicação, foi um tiro no pé a nossa arrecadação nesse setor, só nesse primeiros 4 meses foram 22 dois milhões de reais que deixou de arrecadar para o Estado de Mato Grosso.

A preocupação que caiu 19 milhões, na arrecadação da Receita do setor da pecuária e também na questão de energia elétrica de quase 80 milhões de reais, só aí nós tivemos uma queda significativa na arrecadação do Estado de Mato Grosso.

Então, eu sei que o Governo está preocupado, que o Governador está preocupado, o setor econômico do Estado está preocupado, a Secretaria de Fazenda fazendo suas ações através do FISCO para que nós possamos incrementar a receita. O grande problema nosso hoje é trabalhar contra queda e a frustração de receita, tanto de repasse do Governo Federal, mas também alguns segmentos do Estado de Mato Grosso.

Nós estamos bastante preocupados, aí nós temos que ter a consciência da dificuldade de estarmos hoje todos os Deputados independente de situação, oposição, nós temos que incrementar receita nova para saúde pública, e nós temos a dificuldade já da discussão do próprio RGA.

Então, vai ter que ter a compreensão, no momento realmente de compreensão, analise, momento de todos contribuir até porque a maioria dos...quase na totalidade dos governos vai ter a grande dificuldade.

Então, vamos com certeza preocupar e trabalhar. Então, me colocar a disposição Deputado Zé Domingos Fraga, para que possamos contribuir realmente e trazer esse fato da renuncia e do incentivo para o momento oportuno.

Era só isso minha contribuição, Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Vamos ouvir então da plateia, eu vou pedir pelo amor de Deus, vamos ater o assunto da Audiência Pública, e vamos ser objetivo até porque o Secretário tem um encontro logo mais na CDL e precisa sair.

Então, eu vou iniciar ouvir aqui, não poderia ser diferente na ultima audiência, eu deixei ele por ultimo mas de proposito. E a gora eu colocar ele em primeiro lugar, porque ele que se inscreveu em primeiro lugar.

Quero convidar aqui, Oscarlino Alves, vamos lá Oscarlino, você está com a palavra.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Enquanto ele se direciona lá, dois pequenos comentários.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Primeiro, quero agradecer aqui de publico o Líder do Governo, Deputado Dilmir Dal Bosco, por um conselho que ele e o Deputado Oscar Bezerra me deram no final do ano passado logo que eu cheguei na Secretaria de Fazenda. Obviamente não era o que nós queríamos, mas o comentário deles foi muito pertinente sobre aquela discussão se a reforma tributária avançava ou não avançava e aí eles deram um conselho muito valioso, eles disseram...s/lcb...

0606au28.lcb

O SR. GUSTAVAO PINTO COELHO OLIVEIRA -...avançava ou não avançava, e eles deram um conselho muito valioso, que eles disseram: “olha, nesse momento de crise, se essa reforma anda e aumenta a carga tributária em cima do comércio, qualquer coisa que aconteça de diminuição de volume de comercialização no Estado cairá nas costas do Governo...

(MICROFONE FALHOU- ÁUDIO INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVAO PINTO COELHO OLIVEIRA-...da reforma tributária. Dito e feito, tirou a reforma tributária para um aprimoramento necessário na discussão, mas veja que se hoje nós tivéssemos encaminhado a reforma e aquele aumento de impostos tivessem acontecido, o setor comercial teria crise econômica e mais a crise tributária para acontecer.

Outro exemplo que eu cito: às vezes calibramos, vamos aumentar a receita. E faz sentido.

Há alguns anos tinha uma fila de nacionalização de aeronaves aqui no aeroporto, porque nós tínhamos adesão a um conjunto nacional que permitia que a aeronave executivas fossem nacionalizadas aqui no Estado pagando 4% de ICMS. Aí nós tomamos a sábia decisão de elevar para 17% esse imposto, porque é melhor você ter 17 de alguma coisa do que 4 de alguma coisa.

Desde esse dia os estados não fizeram o mesmo movimento, nós fizemos sozinhos, mas nenhuma aeronave executiva foi nacionalizada do Estado. Nós temos hoje 17% de 0. Nós tínhamos 4 de multa coisa e temos hoje 17 de 0. É importante olhar o contexto estadual e regional. Por que eu digo isso? Porque alguns das manchetes que os senhores estão vendo no jornal, por exemplo, questão da carne, uma empresa importante que tem 50% da capacidade de abate no Estado está com problemas econômicos e um problema político gigantesco em cima dela.

Zerar alíquota para tirar boi do Estado é desindustrializar o Estado. Deixar em 7/5 como está hoje talvez não seja o competitivo. Mas também botar em 2/5 que é o que a indústria local paga, claramente é um estímulo à desindustrialização.

O que estamos buscando como resposta a isso, não pelo lado tributário? Conversando com Goiás e Mato Grosso do Sul, a ideia é que possamos durante esse período de crise emergencialmente uma espécie de mercado comum na região para que possamos ter uma uniformização de alíquotas e que possamos ter o ICMS recolhido no Estado de onde saiu aquele bovino.

Então, se o bovino aqui de Mato Grosso for abatido lá em Goiás, do mesmo jeito que temos aqui em Rondolândia com Rondônia um convênio onde o gado é abatido lá, mas o ICMS vem para cá, que possamos ter a mesma coisa com o frigorífico de Goiás e com o frigorífico de Mato Grosso do Sul. Isso dá competitividade ao setor e impede que caia o abate, mas ao mesmo tempo não tem a receita para o Estado de Mato Grosso. Isso que estamos tentando, Deputado, nesse tempo de crise é muito fácil, todo mundo quer renúncia fiscal, todo mundo quer pagar menos imposto. Porque na última linha ali do balanço, o empresário que ele vê prejuízo ele começa olhar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

para trás e percebe uma coisa que é óbvia, que a carga tributária é alta no País, mas não teremos irresponsabilidade...

...s/tmr...

0606au29.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... é alta no país, mas não vamos ter irresponsabilidade fiscal, quero deixar isso claro com Vossas Excelências. Não é posição da Fazenda, não é posição de Governo. Se for para salvar empregos, se for para estimular a economia, nós podemos até discutir isso. Mas essa não é a primeira alternativa sair baixando imposto, porque daí não vamos ter economia e não vamos ter o imposto. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, o Sr. Oscarlino Alves.

O SR. OSCARLINO ALVES – Bom dia a todos presentes na plateia!

Em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa, eu cumprimento os demais Parlamentares presentes na Mesa; meu companheiro, nosso colega de infância, Deputado Professor Allan Kardec, um grande abraço, e cumprimentar as demais autoridades, em nome do meu ex-Professor de Economia na Universidade Federal, Guilherme Müller, eu cheguei hoje aqui de não querer falar nada, porque, na verdade, nós temos nos reunidos os Presidentes de Sindicatos, é a sétima vez que estamos aqui, só para registrar. Neste atual Governo é a sétima vez que nós vemos uma situação inócua, uma discussão inócua. Imprensa, sindicato, alguns técnicos presentes e uma Mesa composta e a sociedade mesmo, que é a maior interessada, que está sofrendo dentro das unidades públicas de saúde, de educação, nas ruas com segurança pública, elas não estão presente. Novamente uma crítica a Casa que tem o papel de publicizar essa reunião aqui, uma publicidade pífia, pequena.

Nós não vemos essa publicidade como era no passado. Nós ficamos olhando muito no retrovisor, mas não olhamos as coisas boas do passado, que era colocar nos *outdoors*, convidar a comunidade, a sociedade para estar aqui presente. Vinha gente do interior, caravanas do interior, lotava a Audiência Pública de como que foi gasto o dinheiro público do cidadão, dinheiro do contribuinte.

Gostaria só de registrar algumas situações, porque no Poder público nós começamos toda a história do exercício fiscal pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós percebemos que têm algumas premissas contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias que não vêm sendo cumpridas.

O que vemos na apresentação do Secretário, que é o terceiro Secretário. Passou o Brustolin, passou o Paludo, agora, o Secretário Gustavo, e fazemos vários compromissos e não recebemos nunca, deixamos registrado alguns dados que o Fórum Sindical precisa, inclusive fazer o contraponto de forma responsável, respeitosa fazer o contraponto, Vossa Excelência está devendo informações, e não foram passadas essas informações da Audiência Pública passada das Metas Fiscais. Não foi frequentada a audiência no Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, que o Governo foi intimado para apresentado alguns dados.../dmm

0606au30.dmm

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR –...que o Governo foi intimado para apresentar alguns dados para nós; não foi apresentado dados do MT PREV, que nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ganhamos uma liminar da justiça e o Governo pediu uma prorrogação do prazo para poder apresentar dados para nós. Ou seja, nós estamos tendo que estudar a LDO, LOA, fazer consulta e tal e parece que é um joguinho de pega-pega, uma pegadinha.

Começa pelo art. 19, nós escutamos a todo momento falar que na Casa, no Parlamento iria congelar o orçamento dos Poderes. Eu não sei se congelou, se não congelou. Fato é que a Lei 10.490 de 2016, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no seu art. 19, o Governador vetou o excesso de arrecadação sendo passado de acordo com que tinha sido combinado, o excesso de arrecadação mediante os percentuais para os Poderes e o Parlamento derrubou o veto e ficou por isso mesmo. Ou seja, todo o excesso de arrecadação continua sendo repassado aos Poderes mediante as leis. Então, não houve congelamento nenhum com os gastos dos Poderes.

Art. 31- reserva de contingência. Lá no quando de expansão das despesas obrigatórias, tem lá 2%, equivale 250 milhões. Cadê a reserva de contingência.

Reserva de contingência é o seguinte: tem que fazer contenção nos gastos de todos os entes públicos e a reserva de contingência é sagrada, corresponde a 250 milhões de reais. Essa reserva teria que ser quadrimestralmente sendo depositada para eventualidade que aconteceu com a saúde pública. E esse presságio da situação caótica que está a saúde, apresentar 10,48% de gasto com a saúde é insuficiente.

A saúde, foi apresentado pelo Ex-Secretário que já está no quarto Secretário de Saúde neste Governo, não vão fazer milagre, não vão tirar coelho da cartola, não vai conseguir fazer se não tiver um incremento de recurso na saúde, está provado. Não adianta empurrar o negócio, porque quem prestou o serviço se está certo ou se está errado... o próprio Governo criticava as Organizações Sociais da Saúde, que era um ralo, que era escoamento de recurso público e manteve a Organização Social da Saúde, mudou o discurso de campanha dizendo: “Nem todas são ruins. Continua sendo ruim, continua executando um serviço aquém da necessidade e a saúde precisa de recurso extra, 10,48% são insuficientes.

Os Deputados e o Governo mandaram um projeto que o próprio Secretário, não sei nem se por isso que o Ex-Secretário caiu, o João Batista, fato é que ele veio aqui e teve coragem de apresentar na Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual, um orçamento necessário para tapar buraco da saúde pública neste ano de 2017. 2 bilhões e 200 milhões. Precisa! Tem conta para pagar, tem restos a pagar, tem prestador de serviço...

...S/CAC

0606au031.cac

O SR. OSCARLINO ALVES - ... precisa! Tem conta para pagar, tem restos a pagar, tem prestador de serviço, tem Organização Social – OS, tem os médicos. Aquele médico que chorou, ele não é vagabundo, malandro como um Deputado falou aqui, não...Ele prestou serviço, ele é pessoa jurídica e ele tem que receber o dele também. Mas ele chorou porque ele não tem insumo para poder executar a tarefa dele que é socorrer vidas no Hospital Regional. Ele tem que receber, ele faz jus!

Então, o Secretário de Saúde apresentou um orçamento de dois bilhões e duzentos milhões de reais e o Parlamento juntamente com o governo ratificou o Projeto da Lei Orçamentária Anual para um bilhão, quinhentos e oitenta e cinco milhões de reais! Nós temos um déficit hoje que terá que tirar dinheiro do FETHAB, terá que ter dinheiro porque é meio contrassenso. Você vê uma frustração da receita mas vê o FETHAB praticamente dobrar! FETHAB na verdade é uma receita vinculada, é um dinheiro carimbado, é onde os grandes produtores do agronegócio contribui para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

esse Fundo e diz: “eu vou dizer para onde esse recurso vai! Não vai gastar com RGA, não vai pagar os direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos. Não vai gastar com a saúde, vai gastar com asfalto. Habitação, que segure as pontas. Vai gastar com asfalto nas portas das fazendas.” Isso é salutar para o escoamento da produção? É salutar, mas neste momento de crise todos tem que dar a sua parcela de contribuição. Contrassenso! Primeiro, não foi apresentado aqui como é que está sendo gasto esse FETHAB. Em que pese ser um recurso carimbado proveniente do agronegócio, não foi dito aqui para nós.

Art. 34, passo à reserva de contingência, está dizendo que em caso de frustração da receita todos os Poderes precisam limitar os seus gastos também. Aqui parece que só o Poder Executivo que é o Estado! Aqui só apresenta as contas do Poder Executivo! Não apresenta como foi, quanto foi repassado e quanto foi gasto, quanto que os Poderes deram de contribuição. Nós temos no art. 34, quando acontece uma frustração da receita em que pese esse recurso nós estamos vendo que está sendo transferido em forma de FETHAB, todos os Poderes precisam dizer em trinta dias, publicar isso no Diário Oficial, limitar os empenhos, limitar os gastos e liquidações e nós não estamos vendo. Nós estamos acompanhando o Diário Oficial e o governo a todo momento fala de frustração da receita e nós não estamos vendo essas publicações no Diário Oficial, que é o Princípio da Publicização na administração pública.

Art. 48, o governo mandou um projeto para cá e disse: “oh! Os servidores do Poder Executivo fazem jus a RGA de acordo com a Lei nº 8278.”. Daí vemos uma fala aqui que a resolução do Tribunal de Contas do Estado não está valendo de nada, o que vale é a Secretaria do Tesouro Nacional. O nosso Tribunal de Contas não está valendo de nada! A resolução que eles publicaram...

s/drm

0606au32.drm

O SR. OSCARLINO ALVES -...nosso Tribunal de Contas não está valendo de nada! A resolução que eles publicaram que diz quando eles tiram efeito dado do calculo da despesa ao imposto de renda retido na fonte, nós abaixa abaixo do limite do potencial me parece até uma jogada contábil para resolver o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal entra nos limitadores e um contra censo, se não tem recurso, tem, frustração e nós estamos demonstrando que não temos capacidade de pagamento, como é que nós vamos fazer empréstimos para gastar com VLT? Qual esse credito que o Estado está acessando para se nós não estamos tendo capacidade para pagamentos, em que pese nós temos uma divida controlada de 35% equivalente e Receita Corrente Liquida, de onde que vai sair esse dinheiro?

Então...gráfico a todo momento há um esforço tremendo nas apresentações que nós percebemos de colocar folha de pagamento de servidor público como bode expiatório, os servidores do Poder Executivo. O Secretário a todo momento ele coloca que receita tributaria comparada com expansão de gasto com pessoal, esse gráfico nós já pedimos na apresentação passada, já fizemos contra ponto, já fizemos esse pedido, ele é um contra senso, falta ali colocar na ////e somar com receita tributária o que o Estado está renunciando de arrecadar.

Temos que parar de olhar para retrovisor, o Governo passado entregou na casa de um bilhão a renuncia fiscal, esse Governo atual ele mais que duplicou e está triplicando o que está previsto na LDO para ano que vem em 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Essa renúncia fiscal ela é salutar, para alavancar empregos, para alavancar comércios, indústria, ela é salutar, mas ela mais que triplicou, mas você tem que somar ela com a receita tributária, porque você renuncia ela de arrecadar e hora que compara com a despesa pessoal. O fator humano, quem é o principal fator de transformação deste Estado. Fator humano, sem fator humano não tem arrecadação, sem vocês não tem arrecadação, vocês estão no meio da sucata da barreiras fiscais, o que o Estado fez? O que o atual governo fez? Que investimento foi feito em tecnologia de informação? Que concurso foi feito para o Grupo TAF? Que investimento foi feito nas barreiras, inclusive lá onde tem os embargos para exportação para sabermos o que é exportação, o que volta em termos de sonegação...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Oscarlino, você tem um minuto para concluir.

O SR. OSCARLINO ALVES – Estou encerrando.

Então, fica novamente a crítica de colocarmos essa somatório no gráfico para pode comparar com pessoal, vai cair muito essa relação, faltou novamente o quadro de sobra de caixa dos Poderes que historicamente mudou a metodologia, de vê vai na casa de um bilhão de reais, tudo que se repassa para os Poderes, que na verdade, eles têm que agora nesse momento.../lcb...

0606au033.lcb

O SR. OSCARLINO ALVES -...tudo que se repassa para os Poderes, que na verdade, eles têm que agora nesse momento de contenção de gastos e de intimidação da receita, eles teriam que dar sua contrapartida e mostrar a situação.

E o contrassenso, o próprio Secretário afirmou que o PIP brasileiro do primeiro trimestre, ele apresentou um crescimento de 1%, e o Presidente Temer que é ligado ao Aécio que era a coqueluche da licitude do PSDB está aí hoje sendo procurado pela polícia, sendo incriminado. Então, já foi nos veículos de comunicação e diz que já aconteceu o milagre, acabou a recessão, acabou tudo, o Brasil está perfeito.

Quem alavancou isso aqui? Quem alavancou esses 1%? 14% de incrementos pelo agronegócio. Quem ajudou alavancar esse 1% trimestral foi o agronegócio. Quem está sob safra Record? Quem é o grande contribuinte nessa situação hoje? O Estado de Mato Grosso. Então, um contrassenso. Se estamos contribuindo muito, para onde está indo esse dinheiro? Para onde que está indo o dinheiro do imposto de renda retido na fonte dos servidores públicos que deixou de ser despesa receita e faz parte da base de cálculo em duplicidade para efeito de cálculo do duodécimo dos Poderes.

Nós estamos preocupados sim. O Fórum Sindical está preocupado. Vai chegar o próximo mandato, esse governo já está saindo, já contamos a contagem regressiva para esse governo sair, e a renúncia fiscal só está aumentando e os incrementos de receita não sei, não estão sendo transferidos em forma de benefícios à população. Podem olhar aqui, prioridade foi dita em campanha. Quem menos recebeu o recurso foi a saúde pública. Está aqui o gráfico. Não sou estou que estou inventando. Está lá segurança, saúde e educação, o quadrinho azul da saúde desse tamanhinho. Então, ou seja, vai continuar morrendo gente, vai continuar gente sem ter o atendimento digno. E nós estamos muito preocupados. Começamos a contagem regressiva.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Oscarlino, eu tinha conversado em off-line com o secretário, convidá-lo para vir na Comissão de Fiscalização e Execução Orçamentária para falar sobre renúncia e sobre essa metodologia nova que fez com que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

tivesse esse crescimento até exagerado em relação ao ano passado. Mas vou propor, Secretário, uma Audiência Pública para que a sociedade, como um todo, possa participar e acompanhar de perto a evolução dessa renúncia dos incentivos e quais são essas metodologias que vocês são autorizados. Vossa Excelência está com a palavra para responder os questionamentos feitos pelo Oscarlino.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA – De maneira rápida, para que não nos alonguemos, quanto ao art. 19 da Lei de Diretrizes Orçamentária –LDO o Governador vetou e a Assembleia Legislativa derrubou o Veto, nós não temos o que fazer, mas não tem excesso de arrecadação para repassar...

...s/tmr...

0606au34.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... nós não temos o que fazer, mas não tem excesso de arrecadação para repassar. Isso é um fato. Todos os Poderes estão cientes disso acompanhando os números da arrecadação do Estado. Então, essa no momento é a menor das nossas preocupações. Quisera eu está discutindo se eu vou repassar ou não um excesso que eu não tenho.

Quanto à questão da LDO. Eu sugiro que quem quiser se interar sobre o assunto que leia o Decreto nº 835/17, que dispõe sobre a execução financeira orçamentária do ano de 2017. É um decreto que causa restrições financeiras importantes às Secretarias, e ele terá que ser aprimorado. Isso é um fato. E apesar de duro, é insuficiente para a execução do Poder Executivo. E obviamente eu tenho a capacidade de responder pela independência entre os Poderes da execução financeira do Poder Executivo. Eu não vou me excluir em responder sobre a execução financeira, sobre as aplicações de recursos eventuais sobras ou não dos outros Poderes, porque eu desconheço a realidade dos sacrifícios que cada um está tendo que fazer para se adequar a um orçamento quase que congelado em termos reais ao ano passado.

Quanto à reserva de contingência, que é uma fração destinada às próprias emendas Parlamentares, nós temos negociado com a Assembleia Legislativa a aplicação disso, é o resto pode e será usado este ano para pagamento de dívida no segundo quadrimestre, a política já estabelecida pelo Tesouro em conjunto com a Secretaria de Planejamento. Então, não tem a preocupação que é a reserva de contingência existe e será alocada.

Prestação de contas dos recursos do FETHAB.

Eu me atrasei porque justamente eu estava na reunião do Conselho do FETHAB, os Conselheiros justamente deliberando sobre a aplicação dos recursos que foram arrecadados pelo FETHAB agora neste primeiro quadrimestre, mas especificamente até o final do mês de maio que já tem para estabelecer as políticas onde o FETHAB pode ser usado, FETHAB 1, FETHAB 2, combustíveis, *commodities*, tudo isso para aplicação. A Secretaria de Fazenda cabe registrar e alocar os recursos do FETHAB onde a Secretaria finalísticas SECID, SINFRA, Secretaria de Agricultura Familiar e tal estabelece como prioridades, assim como diversas outras arrecadações do Estado.

Barreiras. Isso é uma preocupação das barreiras. É uma preocupação desde o meu primeiro dia dentro da Secretaria. Eu quero como dizer, Oscarlino, realmente as barreiras não ficaram assim neste Governo. Em 12 que tem barreira, não tem investimento nenhum. É uma situação muito ruim para quem trabalha lá, pior para quem é gestor da Pasta. Nós já temos neste momento - a Patrícia me corrige se eu estiver errado - três desses postos fiscais em reforma, já em estágio avançado dessa reforma. Em todos eles nós fizemos interrupções. Flávio Gomes tem iluminação nova, instalada... /dmm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0606au35.dmm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA –... Flávio Gomes tem iluminação nova instalada, estava muito escuro lá, fizemos iluminação nova de *led*; no Corrente a reforma está andando; em Barra do Garças nós estamos com a primeira abordagem lá, mas vai ter a segunda mais robustas, todos estão com projetos, algumas em parceria com o DNIT, alguns em parceria até com prefeituras locais. Isso é uma preocupação central para dar qualidade de trabalho a quem está lá, mas também para cobrar resultado do que é feito lá.

Absolutamente vejo que é muito difícil cobrar resultado na condição do trabalho que tem, mas uma vez implementada a condição de trabalho, por exemplo, em diversos desses postos fiscais tinha um Uno para perseguir quem furava a barreira. Hoje, faltam dois para ter as caminhonetes, estamos alocando para ter caminhonete para fazer perseguição a quem fura barreira.

Nós vamos ter toda uma estratégia nova, o Secretário Último que está aqui ao meu lado está dedicado a isso, isso é um compromisso meu, como Secretário de Fazenda, de agora para o final do ano vocês irão ver os postos fiscais com atuação completamente diferente, com a condição de trabalho completamente diferente, mas cobrando resultado. E isso, obviamente, para todos os setores da Secretaria.

Exportações

A Receita Federal tem dois servidores para fiscalizar a região Centro-Oeste como exportação. Nós vamos ter que fazer isso, um trabalho que a princípio a Receita Federal deveria fazer, nós estamos em contato com a Receita, estamos fazendo essa parceria, mas nós estamos assumindo, inclusive, atribuições federais, através de convênio de transferência de informações que nós estamos, sim, muito interessados nesse negócio. E hoje tem exportador que comprova a exportação para a Receita, retifica isso e retifica isso, consegue comprovar três ou quatro vezes o volume exportado, nós estamos em cima disso, como também temos nos preocupado muito sobre os investimentos em tecnologia.

Ontem eu tive uma reunião com o Secretário Executivo, nós cobramos duramente a equipe sobre a implementação, a Secretaria de Fazenda tem, sim, equipamentos tecnológicos sofisticados, têm servidores lá de computador capacitados, tem uma equipe de TI muito dedicada e está na hora de dar muita resposta. Para isso nós temos ações com o PROFISCO, é o BID descendo aqui para nos apoiar nas ações de intensificação da fiscalização e reforço de tecnologia da informação, mostrei aqui, integramos o FUNDEIC ao Conta Corrente, vamos integrar GTA com INDEA para a Nota Fiscal ser integrada junto com a Guia de Tráfego de Animal, vamos fazer integração com a SEMA, nós vamos avançar muito nos próximos seis meses na fiscalização. Vocês podem ter certeza que isso é uma diretriz para a Secretaria de Fazenda, eu não estou aqui para brincar. Eu posso ser o terceiro Secretário, posso ser o décimo Secretário do Governo, mas com certeza não vou deixar de fazer o que precisa ser feito, como eu tenho certeza que cada um dos meus antecessores fez o melhor que era possível na condição que tinham.

Finalmente, sobra de caixa dos Poderes: esse é um assunto sensível...

...S/CAC

0606au036.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... sobra de caixas dos Poderes, esse é um assunto sensível porque obviamente quando olhamos os números faz parecer que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

tem dinheiro sobrando e que esse dinheiro pode ser usado para qualquer coisa. Do mesmo jeito que no Poder Executivo, o FETHAB tem uma aplicação específica, alguns outros recursos tem uma aplicação específica e isso também acontece nos outros Poderes.

Então, o que eu proponho aqui, Deputado, é que possamos esclarecer isso a toda sociedade e os Poderes possam se posicionar. Tenho certeza que cada um deles, se nós fizermos um esforço fiscal de congelamento, cada um deles terá total capacidade de mostrar para a sociedade o que dá de fazer com o recurso que tem e o que não dá para fazer porque o recurso não está indo. Se conversar no Tribunal de Justiça, tem demanda de Varas criminais. Eu converso muito com Dr. Túlio, Juiz Auxiliar da Presidência, Fórum, a sociedade também pressiona o Tribunal de Justiça, obviamente também pressiona a Assembleia Legislativa e todos os Poderes para que prestem mais serviços para a sociedade. Então não tenho mandato para defender nenhum dos Poderes, mas tenho absoluta convicção por todas as conversas que eu tive nesses seis meses com cada um deles, que se fizermos um sacrifício fiscal e cortar ou congelar repasse, eles tem o que mostrar aqui o que deixará de ser feito para isso acontecer, obviamente faço isso exagerando e ultrapassando os limites do mandato da função que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Com a palavra, o Deputado Professor Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Bom dia a cada um e a cada uma.

Sr. Presidente, primeiro parabéns pela audiência pública! E parabéns também por termos conseguido derrubar o Veto do governo e aprovar a emenda de Vossa Excelência na questão da prestação de conta do FETHAB. Eu acho que é o mínimo que a sociedade espera dessa Casa.

Secretário Gustavo, seja bem vindo à Assembleia Legislativa! O Sr. Guilherme Muller, quem eu tive a oportunidade de trabalharmos nos quatro anos do Governo Mauro Mendes. Eu, na Câmara Municipal de Cuiabá fiz oposição ao governo, mas uma oposição propositiva, mobilizadora e com o máximo de inteligência possível nós conseguimos construir uma relação entre Câmara e Governo Mauro Mendes. Eu espero. Sr. Gustavo, que façamos isso também aqui na Assembleia Legislativa. Cumprimento os Deputados, o companheiro Deputado Saturnino Masson, Deputado Nininho, o Líder do Governo que já não está aqui e em especial quem veio da sociedade civil organizada, dos servidores públicos, a população que veio aqui. O Sr. Oscarlino que é meu amigo há muito tempo sabe disso da nossa luta. E Sr. Oscarlino, é importante o que o senhor disse, a população precisa participar aqui. O senhor fez uma crítica com relação...

s/drm

0606au37.drm

O SR. APROFESSOR ALLAN KARDEC-...a população precisa participar daqui, você fez uma crítica com relação a divulgação, eu concordo, nós precisamos divulgar melhor, mas eu também preciso fazer um elogio aqui em especial ao Deputado Zé Domingos Fraga, incansável, está aqui de segunda a segunda, está em comissão, preside comissão, ele abre comissão que não é nem para ser comissão ele abre, põem o nosso nome, cobra, liga, e aí Deputado Vossa Excelência tem todo nosso respeito, e por isso que nós temos compromisso com Vossa Excelência também.

Mas eu vou bastante direto, estou com minha equipe aqui Secretário, a equipe do gabinete, equipe do jurídico está aqui, a parte econômica nós temos investido nisso, minha equipe está participando em nome do Dr. Carlos, eu passei já a pesa orçamentaria do estado 2018, para que ele faça um estudo minucioso e nós queremos contribuir, fazer oposição por oposição eu estou fora,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

queremos fazer uma proposta e queremos que essa proposta seja ouvida aqui dentro é uma proposta de um professor que hora está no mandato de Deputado Estadual professor Domingos a UNEMAT de Cáceres, jamais fugirei a origem de onde eu vim, se a Casa tem a sua maioria de empresários é legítimo que a categoria traga os seus representante aqui, aqui também tem alguns servidores públicos em especial um professor, esse que está falando aqui, talvez dezoito seja o ultimo dia que eu esteja aqui, não sei, mas farei jus a tribuna de onde eu estou falando, que é do servidor público do Estado de Mato Grosso.

Se o ente público, Município, Estado e Governo Federal existe arrecadando impostos e devolvendo a sociedade serviços, ela devolve a sociedade serviços a partir de servidores. Então, o principal agente a ser valorizado numa gestão seja ela municipal, estadual ou federal é o seu servidor.

Bom, posto isso eu vou avançar, não dá mais Deputado Zé Domingos Fraga, meu amigo para nós pensamos em excesso de arrecadação e distribuir entre os Poderes, chega, isso não existe, não existe possibilidade disso e esta Casa é a Casa onde nós vamos fazer essa proposta, eu espero Secretário Gustavo que nós tenhamos excesso de arrecadação este ano sim, mas não para vir para cá é para sanar as grande dificuldades que o Governo tem de gestão inclusive, não é para ir para Tribunal de Contas, não é para ir para Tribunal de Justiça, muito menos para Ministério Público, eu defendo um governo grande na área finalística, lá na saúde, na educação, segurança pública, olha que a segurança publica se nós formos analisar os três anos, vem só crescendo, ultrapassou já a saúde, vem só crescendo...s/lcb...

0606au38.lcb

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC -...vem só crescendo, ultrapassou já a saúde, vem só crescendo. Nós não estamos fazendo crítica no investimento na área da segurança pública não, nós só falamos uma constatação, enquanto a questão da saúde não consegue muitas vezes colocar os 12% para rodar.

O Estado ele é grande mesmo, Oscarlino. E aí tem uma discussão de Estado mínimo, Estado máximo, mas o Estado é grande no sentido lato. Quantos tribunais nós temos? TRE, TSF, TRF. Quantos “m” nós temos? Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho. E quantos órgãos de controle nós temos? Nós temos uma Assembleia Legislativa só.

Então, temos que parar um pouco para pensar no macro. O Estado é grande sim. E aí sobra pouco para o Executivo fazer na ponta, em especial, pagar em dia o seu servidor, em especial, não faltar o dinheiro para pagar o reajuste do ano passado para o seu servidor.

Temos que pensar um novo modelo para o Estado, brasileiro, e isso vem aqui para Mato Grosso.

A Lei de Diretrizes Orçamentária –LDO, em 18.832 bi para 2018. Espero que passe dos 20 mil. O que precisamos analisar aqui na Lei de Diretrizes Orçamentária -LDO? Primeiro, a questão da renúncia fiscal, 3 bi e 600 quase a Renúncia Fiscal. E aí eu vi o Deputado Dilmar Dal Bosco, o qual eu tenho o maior respeito, falando: “olha! A Renúncia Fiscal no governo passado era para os amigos do rei”. Nós precisamos entender quais foram as mudanças já implementadas e quem são os beneficiados pela Renúncia Fiscal? Continua os amigos do rei? Houve uma mudança significativa? Quais são os novos critérios? Isso é um ponto que eu faço a pergunta para o Gustavo. Uma outra questão: Quem tem a renúncia, qual o retorno social que essas empresas vem trazendo para a sociedade? Nós sabemos que a renúncia existe desde que mundo é mundo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

quando começou o assalariado. Qual é o retorno social das grandes empresas? E aqui eu vou falá-las sem problemas: “Bunge, ADM, Cargill, Monsanto, Grupo Bom Futuro”. Qual é o retorno social para a sociedade, em especial, àquele município que não gira o dinheiro do agronegócio? Fazer um retorno social para Lucas do Rio Verde é fácil. Vai lá em Barão de Melgaço onde a ETA não funciona. E a população bebe água do rio com coliforme fecal de Cuiabá e Várzea Grande. Qual é o retorno social dessas empresas? Quais são essas empresas? Em especial, Secretário Gustavo, o qual eu tenho respeito, precisamos abrir o memorando de exportação dessas empresas. Eu fiz um requerimento semana passada, espero que chegue esta semana para o senhor. A base legal do RICMS, nós precisamos saber. O Tribunal de Contas tentou e tal, um sigilo, mas nós precisamos saber quais são as empresas exportadoras? Qual é o memorando de exportação? Elas estão exportando o quê...

...s/tmr...

0606au39.tmr

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - ... elas estão exportando o quê? Óleo ou é soja *inatura*? Cadê os inadimplentes para contribuir conosco agora no momento de crise?

E partindo para o fim, nós temos a RGA/2018, espera aí! Não podemos antecipar essa discussão, não! Não aceito! Nós precisamos resolver o RGA/2017. E a proposta que tem é pagar a proposta 2017 que, na realidade, é o reajuste de 2016 começar a pagá-la em 2018. E não posso colocar para resolver a situação, mesmo que seja na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o RGA/2018 com uma previsão inflacionária que ainda não temos condições de prevê-la.

Temos o déficit de 70 milhões e a quitação de dívida de 340 milhões de reais. A ideia que nós façamos, depois desta Audiência Pública, Deputado Zé Domingos Fraga, um grande esforço. Eu tenho ouvido o nosso Líder, o Presidente, Deputado Eduardo Botelho, mudar um pouco o discurso, não em relação à Base do Governo, porque este é leal. Inclusive tem trazido para cá discussões que não eram daqui. Discussões acerca da questão da saúde. Onde vai investir? Vai pagar primeiro o quê? Vai pagar a folha de pagamento? Ou vai pagar a saúde? Isso é uma questão de Governo.

Desculpa-me, Secretário, mas o Deputado Eduardo Botelho tem trazido isso para cá e nós temos dado resposta mesmo falando que não concordamos e tal, mas o Deputado Eduardo Botelho tem sido firme nisso. Mas hoje eu comecei a ver uma postura diferente em relação à questão, em especial, dos grandes exportadores, e não quero falar para o pequeno produtor, para o médio produtor ou para o grande produtor.

Eu quero falar para aqueles que já compraram a safra desses caras. Aquele que já desonerou a safra deles antecipando e já tem o direito da colheita e que está vendendo, e quero saber o que está vendendo para fora. Por isso que tem que abrir o memorando de exportação. E quanto que eles ainda estão devendo, aqueles que fecharam e abriram outro CNPJ, Deputado Zé Domingos Fraga. É isso que precisamos saber. Fazer enfrentamento para quem deve para o Governo, para quem deve para o povo. Não pensar nas possibilidades absurdas, inclusive de aumentar a alíquota, aumentar o imposto previdenciário do trabalhador de 11% para 14%. É algo que nós não temos condições nenhuma de fazer a discussão aqui.

Encerrando dizendo que o Governo vem há três anos com grande dificuldade na gestão. Tem mudado muita gente, e tal, mas que, em 2015 - eu faço aqui a minha parte final nesta participação -, Deputado Zé Domingos Fraga, as contas vieram para cá este ano, comecinho do ano, atrasou, eu votei a favor às contas do Governo.../dmm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0606au40.dmm

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC –...eu votei a favor das contas do Governo. Recebi crítica pra caramba, mas 2015 foi pago RGA integral, foi pago duodécimo integral para os poderes e foi feito os repasses de ICMS e repasses da saúde.

O orçamento de 2015, aí eu vou provocar o Guilherme Müller, meu amigo, foi feito por 2014, só foi executado, com algumas exceções, em especial o Projeto Bom Pagador, que retirou 600 milhões de reais da boca do caixa dos fornecedores e trouxe para dentro do caixa do Governo, mas executou.

Em 2016, que está para chegar, agora no segundo semestre, as contas, aí nós vamos ter que ter um olhar diferente, não foi feito os repasses aos Poderes. E uma maneira errada de fazer os repasses, arrecadando trimestralmente, quadrimestralmente, passando valores variados. Tem que ser fixo. E aí se tiver queda de arrecadação, paciência.

Foi pago RGA em 2015; foi pago os repasses dos duodécimos para todos os Poderes em 2015; foi feito o repasse de ICMS em 2015; foi feito repasse da saúde em 2015 e em 2016 estourou a bomba. Não foram feitos os passes dos duodécimos, não foi feito o pagamento integral do RGA, inclusive não está pago nem hoje, a previsão é para julho e setembro, começou-se o atraso dos salários, de 30 para 05; de 05 para 10 e agora com essa dificuldade que estamos vendo hoje, com o dinheiro que estava para pagamento de salário, prontinho, o Gustavo iria ficar tranquilo este mês com relação à folha salarial, mas foi socorrido a saúde e 2016, quem fez a peça orçamentária de 2016? O atual Governo; quem fez a peça orçamentária de 2017? O atual Governo. Responsabilidade do atual Governo.

Hoje, está muito tranquilo de falar que estamos dentro do Governo Pedro Taques. A responsabilidade orçamentária e da execução financeira é do atual Governo Pedro Taques. Não dá mais para eu culpar quem passou.

Então, encerro de vez, estou aqui, Deputado Zé Domingos Fraga, participando desta Audiência Pública, foi convocado por Vossa Excelência, estou à disposição para que possamos fazer aquilo que precisa ser feito, para votar aquilo que precisa ser votado com o Governo, sem o Governo, mas com a consciência tranquila que nós precisamos fazer o correto. Assim como eu votei as contas de 2015, sem problema nenhum, recebi crítica dos companheiros da Oposição, estou pronto também para fazer os grandes enfrentamentos que neste momento precisam ser feitos.

E aí volto a dizer, quem está falando aqui é um professor que ora é Deputado.

Muito obrigado!

Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Deputado Professor Allan Kardec, já quero convidar Vossa Excelência para participar da Audiência Pública para discutir justamente a questão dos incentivos fiscais, que é uma preocupação não só...

...S/CAC

0606au041.cac

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – ... que é uma preocupação não só sua, mas uma preocupação para a sociedade como um todo e a maioria dos Deputados. Nós precisamos saber qual é essa metodologia.

Com a palavra, o Secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Primeiro eu quero agradecer ao Deputado Professor Allan Kardec, sou testemunha da oposição consciente e propositiva que ele faz e é assim que a democracia evolui. Com a capacidade de fazer oposição, mas também de fazer propostas, Deputado, isso é saudável para a democracia. É isso que nos diferencia de tantos regimes totalitários que estouram com o tempo sem ninguém nem saber o porquê, a incapacidade de ouvir o outro lado.

Apenas três comentários eu quero fazer, sobre a comprovação de importações. Penso que temos que fazer isso, inclusive de maneira sincronizada com outros Estados aonde essas mesmas empresas estão presente, porque eles vão conseguir comprovar aqui, mas não temos certeza que esse mesmo volume não saiu por outro Estado. E essa é uma discussão que temos dito com a Receita Federal com alguns de outros Estados porque ficará muito fácil comprovar uma fração do que foi feito. Eu quero ver é comprovar tudo. Essa é uma discussão que temos que fazer, a receita estadual está pronta para fazer essa discussão.

Quanto ao fato da saúde em percentual pelo menos um incremento inferior à área de segurança que o senhor citou, lembrando que a saúde tem um financiamento tripartite: Governo Federal, a Fonte 112 chamada não está ali naqueles números, mas é administração da Secretaria de Saúde. São os repasses que o Governo Federal faz para a Secretaria de Saúde fazer frente algumas despesas importantes, tem o componente estadual e também tem o componente municipal. Os municípios estão reclamando que já gastam 30% às vezes do seu orçamento com atenção básica com que resultado? Será que essa atenção básica tem qualidade? Nós temos que discutir não só a quantidade de dinheiro, mas também a qualidade dos gastos. Essa é uma grande preocupação minha desde que me tornei gestor público discutir essa qualidade dos gastos. E o senhor que tem um histórico de luta pelas áreas sociais, está mais do que capacitado para promover esse debate. O que é feito com o dinheiro da saúde que chega no Estado do Governo Federal ou do próprio governo estadual e dos municípios? Eu acho que temos que debater isso, não para achar culpados, mas para definir estratégias. O que nós vamos fazer? Será que o dinheiro está indo para onde tem a maior demanda social?

Vou fazer uma provocação com dados de uma administração que é de um Partido oposto ao que o senhor representa. O Prefeito João Dória Júnior, de São Paulo, quando fez o “Corujão da Saúde”, o “Papa Fila”, sei lá o nome que ele deu para esse negócio, tinha quinhentas mil pessoas na fila, quando foram marcar as consultas 1/3 disso...

s/drm

0606au42.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... tinha quinhentas mil pessoas na fila, quando foram marcar as consultas 1/3 disso já sumiu, nas contas outro 1/3 desapareceu, a fila de 500 mil pessoas para exames e procedimentos e cirurgias na verdade era uma fila de 160, 170 mil pessoas, é o que está andando agora.

Nós precisamos tem pouco dinheiro? Tem pouco dinheiro, para onde vai o pouco dinheiro que tem para priorizar o retorno a população, isso é muito importante fazermos principalmente em tempos de crise.

E por ultimo quanto o retorno social dos incentivos fiscais, realmente é um problema você ter a metodologia clara para estabelecer qual é o valor real do benefício disso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Criar estratégias de desenvolvimento regional, eu digo elas passam muito pelo componente humano, geração de emprego, transferência de tecnologia, algum tempo atrás, ontem eu conversa com algum grupo de empresário que nos procurou lá, eu falava setor sul sucroalcooleiro, gerava muito emprego, mas era o tal de boia fria, hoje gera menos emprego, mas gera emprego de mais qualidade, com tecnologia, salario menores, assim também o agronegócio, assim diversas outras áreas. A grande discussão que nós temos que debater, qual é o futuro do emprego em Mato Grosso, me parece que ele está longe dos campos, são poucos empregos que a atividade pecuária e agrícola gera, me parece que o futuro do emprego ele está intimamente ligado a capacidade de industrialização disso que é a base, base florestal, agronegócio, pecuária, alimentos, toda essa coisa. Como é que nós proporcionar para essa população capacidade de atingir esses empregos, se de um lado tem desemprego no país, do outro nós sofremos o chamado emprego destruturante, vagas de trabalho abertas que pessoas daqui não consegue preencher porque não tem qualificação e aqui nós temos o SENAI, temos por cinco consecutivos melhor SENAI do Brasil, melhor instituição, uma instituição da qual eu tenho orgulho de fazer parte, que tem feito a sua parte mas me parece ser insuficiente, acho que esse é o grande trabalho.

Eu não ligo Deputado de ter que escrever uma LOA com 2, 3, 5 bilhões de renuncia fiscal, se nós tivéssemos aqui pleno emprego, a sociedade sendo atendida por políticas públicas uma sociedade de desenvolvimento o número da renuncia é o que menos me importa, mas o que me incomoda muito neste momento, é que nos temos algo como a Lei Kandir, um grande incentivo a exportação de produtos não industrializados, está tirando recursos da nossa sociedade. Abrimos mão de quase 4 bilhões de arrecadação de ICMS e recebemos pouco mais de 400 milhões por ano, e ainda bem que estamos tendo a coragem de discutir isso no cenário federal, temos uma capacidade de gerar emprego que não é atingida porque é melhor exportar sem imposto. Nós não temos compensação das contas públicas...s/lcb...

0606au43.lcb

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA –sem imposto.

Nós não temos compensação das contas públicas. Nós precisamos discutir isso. Recebo 400 milhões e desonera 4 bi, quem é que está ficando com essa diferença? O Governo Federal tem que aparecer aqui para a discussão. E criar estratégia de desenvolvimento.

Eu me preocupo quando eu vejo municípios como Primavera do Leste, que parece ser um município próspero onde as políticas públicas são aliviadas porque a sociedade tem um desenvolvimento, do lado nós temos ônus onde o agronegócio não chegou, que a demanda social é gigantesca a ponto de cidadão que está lá na fronteira entre os dois municípios virar para nós e falar assim: “não, mas eu não queria estar lá não, eu queria estar aqui porque aqui o município é melhor, tem saúde e tem educação. Nós precisamos criar estratégia de desenvolvimento para todo Estado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Agora, vamos voltar para a nossa plateia.

Quero convidar o Orlando Francisco, Secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Estado de Mato Grosso – SINTEP.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Zé Domingos Fraga; senhoras e senhores, bom dia, já é quase boa tarde!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Na realidade, eu quero falar em nome do SINTEP/MT, mas como o SINTEP/MT tem assento no Conselho Estadual de Saúde, o segmento usuário, eu queria partilhar a minha fala também em nome do Conselho Estadual de saúde, segmento usuário nos tópicos que, inclusive, o companheiro Oscarlino traz aqui da saúde.

Primeiro, com relação a educação, Deputado Zé Domingos Fraga e o Secretário Gustavo, existe algumas contradições e que nós precisamos trabalhar aqui, inclusive, desde o período do momento de transição do Governo Silval Barbosa para o Governo do Sr. Pedro Taques, que foi solicitado, inclusive, proposta naquele momento de transição e apresentamos. Nós apresentamos enquanto fórum sindical e também apresentamos enquanto Conselho Estadual de Saúde, na qual eu sou membro da Comissão de Planejamento e Orçamento, e nós apresentamos desde o período de transição do Governo, mas nunca fomos ouvidos. E uma das coisas que sempre cobramos aqui de forma transparente enquanto fórum sindical é a metodologia em que é apresentada as contas do Estado. Só para vocês terem uma ideia, o Deputado Professor Allan Kardec acabou de falar que ele votou à favor da aprovação das contas do Estado em 2015. No entanto, o Conselho Estadual de Saúde reprovou...

...s/tmr...

0606au44.tmr

O SR. ORLANDO FRANCISCO - ... No entanto, o Conselho Estadual de Saúde reprovou o RAG, o Relatório Anual de Gestão, deste Governo em 2015 por uma série de inconsistência.

Uma delas é os 12% mínimos que a Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, expressa e que o Estado não cumpriu. Até porque essa Lei Complementar nº 141 diz nos Arts. 4º e 5º o que pode e o que não pode. É diferente de quando era a Lei Complementar nº 29, que só dava recomendação. Ela expressa o que pode e o que não pode.

Atendimento de saúde é cirurgia, é remédio, atendimento médico. Esses são atendimentos de saúde. E mais ainda em relação à questão da saúde.

As fontes de transferências, inclusive o Secretário Gustavo relatava agora há pouco aqui, as fontes de transferências, por exemplo, a Fonte 112, que não é recurso de transferência, deveria aparecer aqui nessas contas de forma separada da receita própria. A receita própria tem a receita da Fonte 640, a vigilância sanitária, não sabemos onde que está.

A Fonte 100, que é receita própria do Estado, que passou a ser a Fonte 234; e a receita, da Fonte 112. Até para se atuar os 12% mínimos da saúde em atendimento de saúde.

Em relação à educação, Secretário Gustavo, realmente, quando fala que o FUNDEB, que é um recurso brasileiro teve redução, mas também ele tem uma contrapartida que é a redução de não haver matrícula também no Estado.

Quando o Estado não oferece as condições mínimas para os nossos filhos estudarem nas escolas públicas estaduais, eles vão para a escola municipal. Então, essa receita passa a ser do município.

A outra questão é a seguinte.

O Art. 245 da Constituição Estadual expressa 35% mínimos de recurso para a educação. Eu verifiquei na apresentação da planilha dos 29,7% ainda faltam 5,30% para atender o percentual mínimo da educação.

Quando o Decreto do Sr. Deputado Wilson Santos, exigindo um esforço do Parlamento nesse Decreto, aqui durante 20 anos chegassem aos 35% do percentual mínimo da educação, que seria de 0,5% ao ano, isso é o que o reconhecimento de que está expresso lá no Art.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

245 da Constituição Estadual que tem que aplicar os 35% mínimos na educação, e não o acordo que foi feito com o Tribunal de Contas, onde Estados e municípios não eram obrigados aplicar os 35% de recurso da educação. Isso está expresso na lei.

Para concluir dizer o seguinte.../dmm

0606au45.dmm

O SR. ORLANDO FRANCISCO –...isso está expresso na Lei.

Para concluir, dizer o seguinte: ainda sobre a metodologia que é aplicado para a apresentação das contas em que o Fórum Sindical tem cobrado e nós temos proposto de forma respeitosa para que possamos, então, considerar a transparência. Todas as vezes, pode observar aqui, que é apresentado e o Secretário de Fazenda, Gustavo Oliveira, apresentou novamente que há uma redução de receita. Essa redução de receita que foi apresentada, nós temos que considerar que houve um inconverso, mas porque não apresenta também que houve um inconverso, houve uma redução do custeio, aquilo que se projetou de dezesseis milhões e arrecadou quatorze, houve um inconverso na receita? Verdade, mas também se projetou custeio. Se não ocorreu, tem que ser considerado também o inconverso. Ou seja, se não mudar a metodologia de apresentação das contas do Estado, aí eu quero aqui resumir principalmente nas contas das pastas que nós consideramos relevância pública: educação, saúde e segurança, nós vamos continuar dizendo que nós não concordamos com a metodologia e nós vamos continuar, enquanto servidores públicos, enquanto Fórum Sindical, de que não há transparência na apresentação das contas.

Fazemos um desafio aqui: se mudar a metodologia, sentar com o Fórum Sindical, nessa logística que nós estamos colocando desde o início de 2015, aí nós teremos condições de fazer uma outra leitura das apresentações que são feitas aqui, até porque o Secretário disse que tem recurso para pagar o RGA. Se tem recurso para pagar o RGA, tem algo para ser feito. Se muito foi feito por esta Casa e se muito foi feito pelo Executivo, muito ainda terá que se fazer.

Nós servidores públicos, enquanto Fórum Sindical, estamos à disposição e sempre buscamos o diálogo, mas sempre fomos desrespeitados com esse diálogo que foi procurado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Orlando, eu gostaria até a pedir ao Fórum se tem sugestão que possa dar uma maior transparência na apresentação feita por esse Secretário e encaminhe à Comissão de Orçamento, Dr. Orlando, para que possamos sentar com o Secretário de Fazenda e com o Secretário de Planejamento.

Com a palavra, o Secretário de Planejamento, Sr. Gustavo Oliveira e, logo em seguida, ouviremos o Domingos Sávio da Cunha.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Sobre a execução, não tem problema, nós estamos aqui para isso, repete o quanto for necessário. Está aí o quadro de despesas.

Em relação ao previsto, a coluna prevista de 2017 era o que estava previsto e a coluna prevista...

...S/CAC

0606au046.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ...é o que estava previsto e a coluna previsto versus liquidado mostra a diferença percentual entre o que foi previsto nas leis orçamentárias e o que foi efetivamente liquidado, não empenhado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

(O SR. ORLANDO FRANCISCO DA PLATEIA DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Não entendi o que nós não mostramos. Queria ...

(O SR. ORLANDO FRANCISCO CONTINUA DIALOGANDO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Do mesmo jeito que eu mostrei a receita, o que frustrou está aí a despesa do que frustrou. Estou à vontade...

(O SR. ORLANDO FRANCISCO DIALOGA COM O SECRETÁRIO GUSTAVO OLIVEIRA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) – É muito simples, Secretário... Vou pegar um exemplo prático: educação – quais são os insumos que acompanham a receita da educação? Saúde - quais são os insumos que acompanham a receita da saúde? Aí nós vamos trabalhar numa metodologia mais transparente.

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Eu acho que....

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) – Enquanto essa coisa não é... Esses repasses forem para o bloco ela vai para uma conta sistêmica? Nós temos dificuldade...Essa é a grande verdade: nós temos dificuldade! Por isso temos cobrado. Esse é o primeiro ponto que poderia facilitar. Entendeu? Da maneira que está, está de uma maneira integrada, de uma forma globalizada, ela fica difícil. Aquilo que eu falei, como colocava antes...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA – FORA DO MICROFONE) – O Imposto de Renda...

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) – Exato. O imposto de Renda, olha só...

O Imposto de Renda está embutido no salário, se o salário é mil reais, está embutido no salário. Ele não vem para o meu bolso, ele volta como recuperação de encargos...

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Sim...

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) – Ele tem que voltar como salário. Essa é a metodologia. Se ele transformar... Todas as vezes que o Fórum buscou /// Todas as vezes que buscamos o diálogo nós buscamos com essa metodologia ela pode servir para a Casa. Mas ela não serve para o cidadão, o cidadão precisa ter uma informação mais consistente...

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Sim, sem problema nenhum...

O SR. ORLANDO FRANCISCO (FORA DO MICROFONE) – Gente, saúde é relevância pública, não pode só pensar em meta. Saúde é relevância pública. O Art. 09, da Lei Complementar 141, de janeiro de 2012, ela expressa que judicialização tem que ser compensada. Incentivos fiscais tem que ser compensados como é no art. 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, da Lei de Diretrizes da Educação. Se houve isenção fiscal que a lei garante...

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Obrigado, companheira.
(NESTE MOMENTO O CERIMONIAL ENTREGA O MICROFONE AO SR. ORLANDO FRANCISCO)

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Se houve isenção fiscal que a lei garante, ela tem que ser compensada para a saúde, para a educação e para a segurança pública, isso é questão de relevância pública. Isso está expresso na lei. O Art. 09, da Lei nº 141, expressa isso. Nós colocamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

no dia em que o Conselho sentou com a equipe de transição. Se é R\$ 1,9 bilhão de reais para a saúde tem como aumentar essa receita por meio da compensação. Se foi dado isenção de ICMS, qual o percentual de ICMS que tem que ser devolvido para a saúde? Inclusive os recursos do chamado Fundo perdido...

s/drm

0606au47.drm

O SR. ORLANDO FRANCISCO –...Inclusive os recursos do chamado Fundo perdido que pode volta para a saúde, a mesma coisa a Educação, a LDB expressa que “toda renúncia fiscal, para educação ela tem que ser feita a compensação” o exemplo o Imposto de Renda que nós tínhamos colocado.

Para aproveitar, Secretário, nós não conseguimos verificar com mais detalhe os recursos da previdência que é descontado do servidor público, os recursos que são pagos à aposentadoria e pensão dos inativos, está sendo pagos por qual fonte? A fonte do Tesouro, nós não conseguimos visualizar onde vai o recurso que vai do fundo de previdência descontado do servidor, é óbvio a contrapartida do Estado.

Desculpa eu ter me alongado.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA – Perfeitamente Orlando, eu penso o seguinte, se nós temos o Conselho Estadual de Saúde o fórum para mim mais qualificado para esclarecer e debater esse assunto, é o Conselho Estadual de Saúde, inclusive o gestor da Secretaria Estadual de Saúde tem que prestar conta das prioridades de aplicação dos poucos recursos que restam em tempo de crise, a mesma coisa com conselho da previdência, eu acho que nós podemos setorizar discussão sem problema nenhum. Da parte do tesouro o que eu te digo, se nós não arranjarmos mais setecentos milhões para colocar lá esse ano não paga os aposentados.

Então, se o conselho da previdência do Estado tem que demonstrar esses números, isso tem que ser feito lá, é realmente aporta recursos e a maior prova disso, que nós estamos pagando os aposentados na próxima quinta-feira, por isso eficiência do recursos do tesouro para completar o que precisa lá.

Mas podemos fazer essas discussões setoriais e sugiro até mais, penso que nós vamos ter que implementar cortes, isso é um fato, acho que esse corte tem que ser discutido no conselho, o recurso que tem é esse, o que vai ser feito com recurso que tem, os gestores tem que também apresentar isso aí. Fato é que em tempo de crise nós não vamos ter uma receita tributária crescendo 14 e 15% ao ano. Então, temos que nos adaptar a essa realidade.

O SR. JAMES RACHID JAUDY – Bom dia a todos, bom dia Deputados, bom dia Secretários, Presidente.

Uma pergunta direta que está gerando pânico em nós servidores, saiu uma informação, boato, que não será pago os servidores dia 10, isso corresponde, é verdade?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Nós, como todo mês, isso eu digo a vocês com total transparência, já disse isso diversas vezes...s/lcb...

0606au48.lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO OLIVEIRA -...Nós, como todo mês, isso eu digo a vocês com total transparência, já disse isso diversas vezes. Eu assumi a Secretaria no começo de dezembro e não sabia como e nem se ia pagar a folha do dia 10 de dezembro. Chegou dia 10 de janeiro, nós tínhamos pago a folha de dezembro, o 13º de quem não recebe no mês do aniversário e a folha de janeiro que chegou o FEX e tudo isso.

Todo mês tem sido uma luta. Todo mês eu tenho que aqui render minhas homenagens à equipe do tesouro hoje liderada pelo Secretário Serafin que está aqui, com esse jeito quieto dele aí, faz milagre, tira leite de pedra para honrar os compromissos prioritários.

Nós dependemos da arrecadação que vai acontecer e que registraremos até quinta-feira para poder dizer quando e como será pago a folha, como todo mês tem sido feito.

Eventualmente em alguns meses nós por coincidência de calendário conseguiu antecipar um pouco isso, porque diz que até o dia 10. E conseguimos antecipar um pouco isso.

Nós temos cinco meses agora de frustração de receita acumulada. Tivermos que fazer os repasses emergenciais para a saúde, porque o contingenciamento acabou gerando um colapso importante para algumas áreas de saúde, mas feito isso, a prioridade é o servidor, é pagar a folha.

Então, James, eu diria assim: é uma agonia de cada dia. Hora que nós vemos a receita registrada de quinta-feira, nos posicionaremos, isso é prioridade. Eu tenho com muita tristeza lido algumas matérias, alguns comentários irresponsáveis em *sites*, em veículos da imprensa, dizendo que o nosso plano é pagar a folha no dia 25. Se fosse o plano pagar a folha dia 25, eu já saberia hoje que eu não pagaria a folha dia 10, eu já estaria comunicando isso claramente à sociedade. Acho que muita gente começa a jogar com desespero, com pânico para cima do servidor, de um cenário que ele é assim grave, ele é muito grave, mas ele não está, ele não resiste a um bom trabalho bem feito e consistente.

Então, o que eu queria dizer claramente nesta Audiência Pública a todos os servidores, primeiro, nós precisamos registrar as receitas até quinta-feira qual é a capacidade financeira que o Estado tem para honrar essa folha até dia 10, que é sábado. Se não puder ser dia 10, faremos no primeiro dia seguinte o possível, não vamos soltar outras despesas antes de quitar a folha.

Eu quero registrar que a equipe do Tesouro tem sido realmente uma equipe de leões para fazer essa folha cair às vezes no dia 10, às vezes até no dia 09. Infelizmente, nesse mês, o dia 10 é sábado. Se eu não tiver todos os recursos até dia 09, até às 18:00 horas depositado na conta de Tesouro, nem adianta mandar a folha para o banco porque ela voltará sem creditar para o servidor, no dia 10, pela manhã. Nós temos responsabilidade, nós temos foco, trabalho gigantesco...
...s/tmr...

0606au49.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - - ... tem foco, trabalho gigantesco, vamos comunicar isso claramente à sociedade, na próxima quinta-feira, tão logo registramos as receitas que entrariam normalmente até o dia 10, que é sábado. A receita do dia 10 vai entrar, na segunda-feira, dia 12. Nós dependemos ter receita suficiente até o dia 09 para mandar a folha inteira.

Senhores, não tem plano nenhum para jogar a folha para o dia 25, para não pagar uma folha, para nada disso. É uma cretinice, é uma grande bobagem quem fica dizendo isso sem ouvir o Tesouro do Estado. Eu me dou, não por mim. Não é a minha competência e nem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

competência da minha valorosa equipe que está sendo colocada aqui. É o desespero do servidor. Jogar com o desespero do servidor, causar o pânico na sociedade, com matérias irresponsáveis, não é algo que nós achamos decente fazer neste momento.

(O SR. JAMES RACHID JAUDY FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC- Pela Ordem, Sr. Presidente!

Eu vou chamar o Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da ADUNEMAT, que está inscrito. Senão começamos a dialogar aqui.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Dia 08 de dezembro, não tinha dinheiro e conseguimos pagar a folha antes; dia 06 de janeiro, eu me lembro disso, porque eu tive que voltar de férias, não tinha dinheiro, e conseguimos pagar a folha de janeiro. Isso tem sido todo mês, gente. Não é brincadeira, não!

O que temos que fazer para pagar essa folha em dia, para honrar essa folha com RGA, com tudo, não é brincadeira, não! Ninguém tem a ideia do que a equipe do Tesouro faz. Está aqui o Tiago, que era Superintendente do Tesouro, aqui, tem acompanhado disso diariamente, gente. Mas não somos responsáveis,. Não! Vocês podem ficar tranquilos que vamos batalhar para pagar essa folha até o dia 10.

(O SR. JAMES RACHID JAUDY FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - O meu desabafo não é com você, não.

(O SR. JAMES RACHID JAUDY FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Desculpa-me se me exaltei.

O meu desabafo não é com você, não! Eu só acho que é uma grande besteira todo mundo ficar falando nisso, e não ouvir a posição do Tesouro. É isso que me chateia, o resto ...

(O SR. JAMES RACHID JAUDY FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, o Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Eu quero iniciar justamente neste debate, porque sobre o pagamento, James, realmente nós somos cobrados.../dmm

0606au50.dmm

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA –...realmente nós somos cobrados, essa notícia está correndo.

A resposta do Secretário eu estou entendendo como um aviso de que efetivamente a folha pode atrasar. Então, nós devemos transmitir às nossas bases aquilo que o Secretário disse, que efetivamente a folha pode atrasar. Neste momento não tem nenhuma garantia que será pago no dia 10 e que efetivamente a folha pode atrasar. Isso sem causar pânico, até para tranquilizar: olha, se organize aí que a folha pode atrasar.

A exposição do Secretário tem um conteúdo que é muito comum nas prestações de contas da Execução orçamentária, que é os Secretários chorando aqui, dizendo que a receita é cada vez menor e a despesa cada vez maior. Olha, faz tempo que eu tenho participado de Audiências Públicas como esta, e a prática é sempre a mesma, no limite correremos a vaquinha aqui para entregar para o Secretário a ajudar cobrir o rombo do Tesouro tal é o nível da choradeira, mas o fato é que nós precisamos, em particular, a população precisa entender que se vive uma crise que é resultado de uma determinada orientação política.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O orçamento e a execução orçamentária não caíram do céu por força divina. Elas são fundamentalmente uma opção política do Governo Federal e do Governo estadual e o resultado é isso que está aí. E isso já vem aí de uns três ou quatro anos e o grande capital, em particular o grande capital financeiro vai muito bem obrigado. Não está em crise. Não está em crise. Os grandes bancos nacionais não estão em crise, o grande capital nacional não está em crise. Quem está passando uma crise é o país, em particular; quem está sofrendo as consequências da crise são os trabalhadores e o povo. Por isso mesmo que nós servidores, nós trabalhadores, Secretários, nós não aceitamos pagar essa conta. Essa conta não é nossa. Daí porque eu quero antecipar, como Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT, nós professores da UNEMAT queremos receber a nossa RGA integral. Eu tenho certeza que essa é a vontade do conjunto dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Por quê? Porque nós não vamos pagar uma conta que não é nossa! Não é nossa.

A população está sofrendo as consequências de uma determinada orientação política, cujo resultado é um orçamento, é uma execução orçamentária.

Então, digo logo de cara: se nos foi negado esse direito garantido inclusive em Lei, que é RGA, nós vamos ver que medida nós vamos tomar...

...S/CAC

606au051.cac

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA - ... que a RGA nós vamos ver que medida nós vamos tomar.

Nós estamos dando esse recado ao governo e estamos dando recado também para os senhores Deputados desta Assembleia Legislativa diante daquele acordão que foi feito e que foi divulgado pela Imprensa, inclusive oficial pelo site do governo do Estado de Mato Grosso um acordo entre o Executivo e o Legislativo com os dezenove Deputados com aquela proposta que nós não aceitamos. O Fórum Sindical não aceita aquela proposta. Portanto trata-se neste momento de reabrir a discussão sobre o pagamento da RGA de 2017 no nível que possa ser aceito pelo conjunto dos servidores que nós por meio do Fórum Sindical já dissemos: nós queremos receber em 2017 a RGA de 2017, nada de 2018, 2018 é outra coisa.

Evidentemente que tem a preocupação com um conjunto da política econômica. O Secretário fez uma exposição cujos os números são estarrecedores em particular a evolução da renúncia fiscal passou de R\$ 540 milhões de reais em 2014 para R\$ 3,5 milhões em 2018, isso é um escândalo! Um escândalo num Estado em que vive uma crise fiscal que vive, segundo palavras do próprio Secretário. Aumenta a renúncia fiscal em 700%, isso no mínimo, Presidente Deputado Nininho, no mínimo merece uma explicação cabal, uma explicação detalhada. Qual é a justificativa para tamanho aumento? Qual o benefício que o Estado, portanto, a população do Estado de Mato Grosso terá com tamanho aumento de renúncia fiscal desse percentual de 700%? Está certo? Então esse é apenas um dos pontos.

E eu pergunto ainda mais, como é que no nível de crise apontada pelo Secretário nós, no caso o Estado de Mato Grosso e a população terá que pagar, farão um empréstimo de R\$ 820 milhões para o VLT? E nós sabemos que o VLT ele não se paga! Ele precisa o tempo todo que o Estado o mantenha e o subsidie, segundo os estudos que foram amplamente divulgados. Ora, se não tem dinheiro, se vive uma crise, como que fará um empréstimo para se endividar ainda mais de um equipamento público que não se paga? Não se paga! Qual a justificativa, qual a explicação? São questões dessa natureza que leva o Fórum Sindical e nós em particular, docentes da UNEMAT, a dizer mais uma vez e aí eu termino: nós não aceitamos a abrir mão da nossa RGA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

E para terminar, terminar mesmo, Deputados Nininho e Professor Allan Kardec, o Governo do Estado e não sou eu quem estou dizendo, é o Governador quem disse isso, tem uma dívida...

s/drm

0606au52.drm

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA - ... Governo do Estado e não sou eu quem estou dizendo, é o Governador quem disse isso, tem uma dívida com a Universidade do Estado de Mato Grosso cerca de 70 milhões de reais, repito, é o Governador que reconheceu essa dívida há um ano atrás numa audiência conosco lá no auditório Claudio Vitorato no Palácio Paiaguás, na execução orçamentaria de 2016, essa dívida não foi paga, nem se falou nela.

Na discussão da LOA de 2017, não se falou nela, a prestação de conta do 1º quadrimestres não se fala nela e só se fala em aumento de renúncia fiscal. Então, eu não falo em nome da UNEMAT, a UNEMAT tem uma reitora, mas eu falo como trabalhador da UNEMAT que está lá na ponta, em nome dos servidores da UNEMAT, professores, técnicos, da comunidade acadêmicos.

Eu tenho certeza da população que é atendida pela UNEMAT, nós queremos os nossos setenta milhões. É um direito esse setenta milhões é o resultado de renúncia fiscal que impactou a universidade do Estado de Mato Grosso, instalações estão sucateadas, e as condições de trabalho estão cada vez piores para a população do Estado de Mato Grosso.

Certo. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. (PRESIDENTE) NININHO – Eu antes de passar, ao Secretário, gostaria de dizer ao nosso Presidente, Domingos, que a Casa sempre tem procurado e com certeza sempre defender o direito dos trabalhadores do Estado e não diferente da UNEMAT.

Eu não tenho dúvida que é um direito e todos aguardam para que seja cumprido. Nós vivemos um momento que não é Mato Grosso, hoje é um momento de crise nacional, eu acho que o erro aqui do Estado até agora, Secretário foi nos vendermos o mito que o Estado de Mato Grosso, operou que não tem crise em nosso Estado, nosso Estado tem crise tanto quanto os outros Estados, mas sempre foi colado de uma maneira, na expectativa que isso tudo fosse superado e que realmente o Estado voltasse o seu crescimento, infelizmente a crise se agrava. Agora chegou o momento e tem que colocar real a situação, e com relação ao RGA, Domingos, nós sabemos que é direito, nós discutimos isso em 2016, 2015, mas nós temos que refletir e analisar a situação nacional também, porque 2015, somente cinco Estado da Federação pagaram a RGA, e um foi o Mato Grosso. 2016, somente dois Estados...s/lcb

0606au53.lcb

O SR. (PRESIDENTE) NININHO -...pagaram a RGA, e um foi o Mato Grosso. 2016, somente dois Estados. Era o Paraná e o Mato Grosso. E o Paraná, o Governo tomou a iniciativa de pagar a RGA com o dinheiro da própria previdência. E a justiça entrou e cancelou.

Nós tivemos um privilégio que somente Mato Grosso que conseguiu pagara a RGA parcelada, mas está pagando.

Eu disse lá em 2016, no início de 2016, quando estava uma discussão. E os servidores deste Estado que foram beneficiados com a RGA, grande grupos aqui dos Parlamentares foram mal interpretados naquele momento. Talvez, a maioria dos funcionários públicos que estão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

recebendo a sua RGA não tem o conhecimento se naquele momento, Oscarlino, nós chegamos a discutir por várias vezes essa questão, naquele momento que os próprios líderes sindicais e o grupo da oposição na Assembleia Legislativa pediram para que votasse contra a proposta do governo, se nós da base do governo fôssemos atender esse pedido nós estaríamos sendo irresponsáveis e cometendo injustiça com os servidores, porque talvez a maioria não tinha conhecimento, mas era um projeto de lei que não poderia ser apresentado novamente a esta Casa.

Então, quem garantiu a RGA dos servidores foi o grupo da situação que com consciência negociamos, saímos de seis ponto alguma coisa e fomos para 8.75. Eu fico feliz quando o Governador diz que está cumprindo os 11.38 que é o 100% da RGA. Parcelado, mas está cumprindo.

A maioria dos servidores naquele momento não tinham conhecimento e ficou como se alguém estivesse querendo tirar o direito dos servidores. E nós estávamos fazendo a coisa com responsabilidade, procurando negociar com o governo onde chegamos nesse número, Deputado Professor Allan Kardec. Na época, Vossa Excelência não estava na Casa, mas essa é a realidade que ocorreu.

E para muitos Secretários de Estado e servidores do Estado, para eles até então quem defendeu a RGA era a oposição somente. Não, quem garantiu a RGA dos servidores do Estado naquele momento foi o grupo da situação que votou consciente com o projeto, se votássemos contra o projeto não poderia ser apresentado outro projeto e, sim, seria RGA zero para os servidores do Estado.

Quero dizer que eu acho que temos que ter diálogo. Não pode ser radical assim não. Não pode querer as coisas à força, porque se for querer à força, vocês vão querer colocar a Assembleia Legislativa numa situação difícil, e aqui nós temos que ter, acima de tudo, responsabilidade. Nós temos que cobrar do governo...

...s/tmr...

0606au54.tmr

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... querer colocar a Assembleia Legislativa numa situação difícil, e aqui nós temos que ter, acima de tudo, responsabilidade.

Nós temos que cobrar do Governo, nós temos que entender o direito dos servidores, mas nós temos que ter responsabilidade. Não podemos forçar uma coisa que não tem condições de ser cumprida. Então, tem que ser negociado, dialogado. Eu acho que o Governo tem que fazer a parte dele sem dúvida. O Governo tem erros e tem acertos. Eu acho que temos que procurar alertar e procurar levar para que sejam corrigidos os erros que tiverem para melhorar as condições do Estado.

Fala-se muito, Gustavo, eu cheguei tarde, peço desculpas, em renúncia fiscal. O que nós não podemos esquecer que moramos no Centro-oeste do país. Aqui se chama Centro-oeste. Nós temos uma questão dos demais Estados de logística, para atrair algumas empresas para virem aqui para poder dar a oportunidade de emprego aos nossos cidadãos, mato-grossenses, muitas vezes tem que ter desprendimento e tem que ter a renúncia, sim, senão não vem.

A indústria que está instalada perto dos centros dos consumidores ou perto do centro de exportação lá, em Santos, ou lá em Paranaguá, não vem para cá, nenhum investidor se não tiver um benefício. Então, eu acho que essa questão – Guilherme Müller é uma pessoa que já participou muito, que tem essa experiência de outros Governos, do Governo do nosso saudoso Dante de Oliveira, que foi um homem que teve uma visão ampla, que deixou um legado para o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

nosso Estado, mas não tivermos esse desprendimento, não trazemos os investidores para o Estado. E não temos nem o emprego e nem a receita.

E assim muitas vezes nem sempre o imposto direto é o que resolve. É o que se circula em torno disso tudo, de uma indústria, de uma empresa, é o benefício do emprego, isso é o que tem que ter a visão. Mas eu concordo de fazer esta Audiência Pública, como já disse o Deputado Zé Domingos Fraga, fazer uma discussão, mas precisamos, Secretário Gustavo, é criar o critério, ter uma lei clara para que motivemos e incentivemos os investidores a virem para o nosso Estado. Nós temos ações que estamos atrasando muito, e o tempo passa, nós já estamos indo para dois anos e meio, e algumas ações poderiam ser tomadas e já tivéssemos colhendo os frutos delas. Então, nós precisamos fazer.

Agora eu acho que temos que ter diálogo, nós não podemos levar por esse caminho. Não vou nem citar a questão da UNEMAT, porque há poucos dias discutimos. Defendo a instituição, é de grande importância ao Estado, é a oportunidade aos nossos jovens que muitas vezes os mais carentes têm oportunidade de cursar um curso superior, mas têm coisas que têm que precisam ser revistas, inclusive na universidade .../dmm

0606au55.dmm

O SR. PRESIDENTE (NININHO) –...ser revistas, inclusive na Universidade, tem coisa que deveria ter um critério, porque o custo do aluno está exagerado, é uma questão de gestão, tem que fazer gestão em todos os setores. Eu não vou nem citar números aqui porque eu não quero criar polêmica, eu já não sou muito bom orador, eu falo o que eu penso, o que eu acho e daqui a pouco eu vou arrumar uma confusão maior.

Eu quero dizer que a UNEMAT também tem que parar e analisar e o momento é esse: se der para tocar sem os setenta milhões, tem que ser bom senso, não dá para fazer tudo o que gostaríamos de fazer agora, não dá, temos que ter paciência, vamos aguardar ano que vem. O que nós precisamos é alinhar o Estado, nós precisamos resolver esse problema da saúde, nós precisamos manter o salário dos nossos servidores em dia. Agora, se cada um radicalizar e ver só o umbigo dele, daqui a pouco ele vai ficar desprotegido no Estado. Então, não é por aí.

Nós acabamos de arrumar mais uma discussão, eu acho que vai ter mais uma polêmica para discutirmos, que é a questão de aumentar o tributo para solucionar o problema da saúde.

Nós precisamos, Gustavo, eu já disse, não é a sua pasta, mas o Müller está aqui, tem que repactuar essa saúde, tem que ter a repactuação para que tenha um equilíbrio nessa *percapita*, está muito distorcido de uma região para a outra, onde está gastando mais é porque não tem gestão, está ruim a gestão tem que substituir esses gestores, porque o momento é de todo mundo dar a sua parcela de contribuição. As pessoas acostumam com fartura e depois, quando a coisa aperta, não quer fazer os cortes. E tem que fazer, os setores têm que fazer os seus ajustes.

Essa é uma sugestão, mas eu acho que todos aqui têm que ter bom senso, eu acho que o funcionalismo público, o Governo, os Parlamentares e a sociedade sabem da importância desse funcionalismo no nosso Estado, mas o funcionalismo, os Líderes têm que ter consciência que a realidade é uma crise que está instaurada e não agora a ferro e fogo que vai se resolver. Se não tiver bom senso vai para um caos. Se o funcionário parar, alguém será penalizado, nós não vamos ter o serviço público, nós não vamos ter a saúde que nós esperamos, a nossa educação vai mal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A educação do Estado e eu sou um crítico e falo, eu vou falar aqui, nós pagamos hoje o segundo maior piso do Brasil e é vergonhoso quando se fala que nós recebemos a 24ª pior educação. Tem que rever isso. Está errado. Algo está errado.

Eu acho que os educadores também não é só pensar em greve. Qualquer coisa eu vou parar, eu vou para as ruas, eu vou fazer manifesto. Tem que saber que o cidadão que paga a conta não está recebendo o benefício que é de direito, que é ver o seu filho...

...S/CAC

0606au056.cac

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... não está recebendo o benefício que é de direito, quer ver seu filho com uma educação de qualidade. Então tem que ser revista a questão da educação. E nós aqui nesta Casa se acovardamos muito, tem muita gente que se acovarda na hora da discussão e não pode ser assim, não...O direito de um acaba quando começa do outro.

Então eu acho que tem coisa que tem que ser revisto, o momento é de dificuldade, nós entendemos que se atrasar o salário o servidor ele terá problema com os compromissos dele, mas eu acho que o servidor não pode levar nesse momento de dificuldade também querer crucificar e sacrificar um governo e penalizar toda população do Estado que depende do serviço público. Essa é a minha visão.

Vou conceder a palavra ao Deputado Professor Allan Kardec.

(NESTE MOMENTO O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Para quem não falaria, não é Deputado Nininho... Para quem não usaria a fala, não é?

Mas Deputado, com todo respeito a Vossa Excelência, eu vou fazer um contraponto.

Primeiro porque eu sou servidor público e sou professor da rede estadual, somos quarenta mil servidores, meio milhão de alunos, setecentos e sessenta escolas espalhadas nos 141 municípios. Para que pudéssemos alcançar os patamares de salários para nós darmos conta de comer no governo passado ao qual o meu Partido fez parte, fizemos greve de quase setenta dias e ninguém alisou ninguém no ano passado, não. O SINTEP e os professores e os profissionais vem fazendo luta desde que sou gente. Eu me lembro da fila que tínhamos para receber o salário no Governo Júlio Campos e depois no Governo Jaime Campos, lá na Treze de Junho, eu morava no Cophema e íamos de Nova Era. Eu tinha seis anos de idade e ficava duas horas na fila para receber um contracheque. E a luta vem daquela época! Banana, caneta para exonerar quem fazia greve, não tinha direitos, não é? Mas mesmo assim a luta continua, Deputado. A luta continua. Vossa Excelência imagina, eu dei aula na Comunidade de Porto de Fora quando eu passei no concurso em 2006, numa escola anexa a Santa Claudina. Dona Claudina foi mãe de Marechal Rondon e ela foi santa, por isso foi dado o nome da mãe. Lá não tinha nem forro e nem piso. Agora, em 2006! Não tinha forro e nem piso, era palha e eu dava aula lá. Como é que vamos falar de qualidade em educação? Mas mesmo assim eu tenho certeza que o Sindicato não abre mão da discussão sobre a questão da proficiência, não pode abrir mão. Não pode abrir mão, em especial do ensino médio. Em especial do ensino médio!

E aí, Deputado, vamos voltar aqui para a nossa audiência pública. Secretário Gustavo Oliveira e...

s/drm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

0606au57.drm

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC -... vamos voltar aqui para nossa audiência. Secretário Gustavo e demais membros do Governo, o Governo precisa arrecadar, fiscalizar quem é que nós estamos dando isenção, vamos fazer esse estudo. Agora o DETRAN tem que funcionar chefe, o DETRAN tem que funcionar.

Eu estou esperando três semanas para resolver minha situação, eu quero pagar, olha que nós conseguimos colocar um DETRAN no Coxipo, que não tem estacionamento.

O INTERMAT não funcionar, e a JUCEMAT para abrir um CNPJ, o Estado tem que girar, se não girar não arrecada e o Agro é Top Agro é Tudo, é a saída sim, 15 bilhões de exportação, 15bi significa 50 bilhões de reais, se nós tivéssemos fundinho de 1% o problema do RGA já tinha resolvido 500 milhões de reais.

Então, essa luta entre o trabalhador e o governo vai existir sempre, agora se não existisse essa luta Deputado Nininho, imagina o quanto estaríamos recebendo.

Quando eu comecei receber em 2006, 822 reais, o salário mínimo reais 600, 822 reais era o salário, hoje nós ganhamos 3000 mil, depois de ter passado no concurso, passado na faculdade. Então, assim devagar com a dor, que o santo é de barro, aqui estaremos sempre nos posicionando a favor do trabalhador.

Presidente Nininho, Vossa Excelência foi questionado pela Ordem, pelo Presidente do fórum.

(O SR. OSCARLINO ALVES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Eu vou passar, mas peço que seja breve, pelo adiantado do horário, Oscarlino.

O SR. OSCARLINO ALVES – Bom. O fórum sindical foi citado como se nós fossemos irresponsável de pegar uma proposta, um projeto de lei advindo como uma mensagem do Governo e nós de forma irresponsável, pedisse para os Deputados devolverem.

Fato é que, a versão verdadeira o próprio parlamento aprovou a lei 10.344 a lei orçamentaria anual do ano e previu, fez uma previsão erronia de 7.36%, fez a previsão no orçamento para pagar o RGA ano passado, 7.36, só que com o erro, com a inflação do segundo semestre do ano de 2015 teve uma expansão maior e avançou isso para 11.28%...s/lcb....

0606au58.lcb

O SR. OSCARLINO ALVES –...do segundo semestre do ano de 2015 teve uma expansão maior e avançou isso para 11.28% e ficou essa fração.

E o Deputado Zeca Viana entrou com um Projeto de Substitutivo Integral à Mensagem enviada pelo Governo. E aí, sim, nós defendemos que aquela possibilidade de Substitutivo Integral proposto pelo Deputado Zeca Viana e nos pagassem os 7.36 como previsto no orçamento, na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentária, naquele ano, que fôssemos discutir a diferença. Isso não aconteceu.

Então, nós temos mantido o debate de forma respeitosa, mas na época da defesa da RGA, nós tivemos Parlamentares chamando servidoras de vagabunda aqui dentro do parlamento,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

mostrou dedo obsceno, chamou servidor de biscate e eu fui chamado de moleque vagabundo numa reunião oficial dentro da sala da presidência.

O SR NININHO – Oscarlino, eu acho que realmente houve naquele momento, é o que eu volto a dizer, por isso que tem que ter bom senso. Isso não leva a lugar nenhum, essa agressividade, esses bate papos, isso acaba criando um clima que a Casa está contra os trabalhadores. Eu quero dizer que esta Casa, Oscarlino, eu muitas vezes da maneira de me expressar você pode até achar... Esta Casa sempre defendeu e defende os trabalhadores do nosso Estado. Sem eles o Estado não estaria aqui. Entende? Agora, eu quero dizer aqui, também, esta Casa em 2011,2012, você é prova disso, todas as reivindicações de carreiras e de benefícios passaram. Não somente da educação não. Da maioria dos servidores. Tinham muitas injustiças, realmente com relação ao salário dos nossos servidores do Estado.

A Casa entende perfeitamente. O que eu estou posicionando é que acho que neste momento tem que ter bom senso de todos, porque se quebrarmos o Estado e levá-lo a um caos, não vai perder... o Governador é um. A população é de três milhões de habitantes.

Então, temos que achar o equilíbrio para sair dessa crise onde todos ganharão lá na frente. Agora é o momento de cada um poder ter o bom senso para superarmos este momento. Agora, o Governo que é o maior responsável. Ele tem que fazer as ações. E aqui cada um tem uma posição, o Deputado Professor Allan Kardec tem a Del, o outro Deputado, Secretário, cada um tem uma visão de como vai... quais as iniciativas que vão ser tomadas para solucionar esse problema do Estado...

...s/tmr...

0606au59.tmr

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... que vão ser tomadas para solucionar esse problema do Estado.

Com a palavra, o Sr. Secretário Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – O Secretário Guilherme Müller quer fazer uma fala antes, e eu finalizo depois.

O SR. GUILHERME MÜLLER – Na verdade, eu vim para ouvir.

Deputados Nininho e Professor Allan Kardec, as pessoas presentes, eu vou saudar em nome do meu ex-aluno Oscarlino todos os sindicalistas presentes, eu vim exatamente para ouvir, mas agora fiquei com vontade de falar por um motivo só.

Eu acho que este debate, quando se discute a gestão orçamentaria e financeira ou a gestão pública, só engradece, porque não há possibilidade de resolver todos os problemas por um determinado anglo ou pelas receitas que se dispõem no Estado. A disputa por esse espaço orçamentário e financeiro vai existir sempre, vai existir em qualquer tipo de sociedade, as mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. Então, esse debate é normal.

Eu tenho comigo e carrego comigo sempre esse aprendizado que o melhor aprendizado que nós temos é ouvir, porque vai aumentar a nossa capacidade analítica. Eu digo sinceramente que eu aprendi vindo aqui hoje. Mas uma coisa constatável na apresentação do Secretário Gustavo. Quer dizer, eu inclusive não tinha obrigação de vir aqui. Eu me ofereci para vir com o Secretário Gustavo, porque é ele que faz a apresentação com a equipe dele que prepara essa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

apresentação, mas eu não perco a oportunidade, porque não tendo a plateia cheia, cada um de vocês representa milhares de pessoas.

Então, eu respeito mesmo se tivesse só uma pessoa. Se tivesse só o Oscarlino, como Presidente do Fórum, está representando cem mil pessoas aqui. Nós temos que vir debater. Mas uma coisa é contestável pelos números apresentados, a não ser que vocês não acreditem nos números, mas se esses números são verdadeiros os tempos que vamos vier, vão ser difíceis. Porque se você tem no primeiro quadrimestre uma receita em termos, você pode até dizer que não é menor, ela é igual ali. Mas se você tem uma receita igual do ano anterior e se os custos das ações públicas aumentam, necessariamente, não só pessoal que aumenta, todos os custos aumentam, significa vamos ter que escolher que ação vamos fazer. O que vamos ter condição de cumprir. Essa é uma realidade.

Quer dizer, se não houver nenhuma melhora na arrecadação, vamos ter problemas de fechar as nossas execuções. Quando alguém reforça o gasto com a saúde, significa que alguém vai ter gasto menor. O orçamento é uma conta de soma zero. Se aumenta de um lado e diminui do outro. Se não houver dinheiro nova, como está demonstrando na tabela que mostra o resultado no desempenho no primeiro quadrimestre, nós vamos ter problemas .../dmm

0606au60.dmm

O SR. GUILHERME FREDERICO MÜLLER –...resultado do desempenho do primeiro quadrimestre, nós vamos ter problemas de execução e alguém fica de fora, alguém recebe menos, alguém executa menos. Essa é a realidade.

Portanto, Deputado Nininho, mesmo não sendo convidado, eu venho aqui para essas Audiências Públicas, porque de fato aumenta a capacidade analítica.

Dizer o seguinte: estava ali o Presidente da Associação... está ali ele. Eu não sei se você sabe, mas eu fui Presidente da Associação dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso durante quatro anos. Dois como Vice-Presidente e dois como Presidente, e essa luta que você faz eu fiz naquela época e você vai continuar fazendo como eu faço até hoje, lutando para as melhores ações possíveis para melhorar a nossa capacidade de gestão, a nossa capacidade de execução. Quando eu falo capacidade de gestão e execução, é que o professor melhore o seu desempenho, o pesquisador melhore o seu desempenho. Então, não tem problema, nós não precisamos ter muita emoção neste debate, não, nós precisamos debater para trocarmos informações e melhorar a gestão pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Muito obrigado, Secretário, Guilherme Muller, com certeza o senhor só enriquece mais o debate com a sua presença.

Com a palavra, o Secretário Gustavo.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Deputado, eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade, o debate, muito do que o Secretário Guilherme Müller disse aqui, cada vez que vimos aqui debater, ouve, escuta, aprende, e temos que achar caminhos.

O Governo, não é que nós encaminhamos uma proposta para não pagar o RGA ou que adiamos para ano que vem a concessão do RGA porque é uma maldade, é uma imposição do Poder Executivo. Se nós tivéssemos 500 milhões de reais a mais na caixa hoje, que é o impacto acumulado do RGA do ano passado até agora, eu não precisava responder à pergunta do James, nós tínhamos pago a folha no dia 30. Não tinha problema na saúde, com 160 milhões que ficaram de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

atraso lá, provavelmente não estaríamos sendo pressionados a aumentar imposto! Mas o Governo encaminhou a proposta, a Casa de Leis aprovou a lei e nos cabe cumprir a Lei com os recursos que nós temos possíveis.

O impacto do próximo RGA é de mais de 500 milhões de reais por ano. Com certeza se conversasse com os usuários das escolas públicas do Estado de Mato Grosso e mostrasse a ele que cada escola nova, desse modelo novo proposto, custa 12 milhões de reais, e deliberasse: o que faremos com 500 milhões? 40 escolas novas ou RGA?

Se eu chegasse e falasse para a Secretaria de Saúde: Temos 500 milhões de reais, é RGA ou pagar sete meses do custeio da Secretaria de Saúde? O que é que o usuário do sistema de saúde diria?

Eu não estou querendo jogar a sociedade contra o servidor...
...S/CAC

0606au061.cac

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA - ... eu não estou querendo jogar a sociedade contra o servidor, não é esse o discurso. Fato é que dificilmente teremos os quinhentos milhões de reais sobrando eles terão que ser tirados de alguma entrega que o governo poderia fazer. E a entrega talvez mais justa seja priorizar o servidor, mas eu não tenho mandato para discutir isso: prioridade de governo. Penso que o Governador tem legitimidade, foi eleito para tomar decisões, essa Assembleia tem essa legitimidade, essa responsabilidade com o povo de Mato Grosso e nós temos que achar caminhos.

Eu queria muito poder dar a RGA integral, pagar a folha o dia 30 sem nenhum dia depois, cobrir todo déficit da previdência, dar benefício fiscal, aumentar o duodécimo para os Poderes, pagar a dívida sem ter que aderir ao teto de gastos da Lei Complementar nº 156. Dever ser maravilhoso ser Secretário de Fazenda com quinhentos milhões ou um bilhão de reais entesourados! Eu nunca vivi isso desde que cheguei em dezembro é: crise, crise e crise; dificuldade, dificuldade e dificuldade. Mas eu não me desanimo porque eu tenho certeza, primeiro, que as pessoas tem muita responsabilidade com o Estado de Mato Grosso. Segundo, não é porque eu sou Secretário de Fazenda, hoje, amanhã eu volto a ser um cidadão comum, vou ter passado por aqui, dado minha contribuição. E quando eu digo amanhã, eu não vou sair amanhã, não... Mas eu quero ir para casa um dia com o sentimento do dever cumprido que eu fiz o meu melhor. E se esse melhor for voltar a folha para o dia 30, reestabelecer a saúde financeira do Estado, será fantástico. Nós temos que debater.

Sr. Oscarlino, eu seu nome, eu faço um pedido ao Fórum sindical: greve, não! A sociedade tem caminhos, o governo está aberto a discutir, estressar número, fazer escolhas junto com esta Casa de Leis. E se for preciso nós cortamos de onde for, se for essa a decisão. Mas greve, não, meu amigo! A sociedade já está sofrendo demais com serviços que...
(NESTE MOMENTO PARTICIPANTES DA PLATEIA DIALOGAM COM O SECRETÁRIO GUSTAVO OLIVEIRA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO COELHO PINTO DE OLIVEIRA – Deixa eu terminar de falar... Eu quero poder terminar de falar... Está aberto... A única coisa que eu não tenho é máquina de fazer dinheiro como a União tem. Eu não tenho como emitir papel moeda para financiar mais quinhentos milhões de reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAR E DEBATER AS METAS FISCAIS DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

A Secretaria de Fazenda está em total disposição para implementar o que for possível e couber dentro da capacidade financeira e orçamentária, mas precisamos pensar em três milhões de habitantes e é isso que eu vou todos os dias trabalhar pensando em fazer... Eu sou Secretário de Fazenda para servir a três milhões de habitantes, um pouco mais que isso, do Estado, é isso que eu quero fazer.

Obrigado, pela oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Secretário.

Quero agradecer a presença de todos, os nossos colegas Deputados: Professor Allan Kardec, Saturnino Masson...

s/drm

0606au62.drm

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... Quero agradecer a presença de todos, os nossos colegas Deputados: Professor Allan Kardec, Saturnino Masson, que se faz presente recentemente. Quero em nome do Secretário Gustavo, do Secretário Guilherme Muller a agradecer a toda equipe do governo que aqui se faz presente, o nosso Secretário Adjunto nosso amigo Serafim, trabalhar no banco base Serafim deveria ser bem mais tranquilo do que ser Secretário, mas esse desafio é para quem tem vocação, para quem tem disposição, eu tenho certeza que encontraremos uma caminho para a solução dessa crise em nosso País, em nosso Estado.

Meu muito obrigado e com a benção de Deus, damos dou por encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Donata Maria da Silva Moreira.

- Revisão: